

Mestrado Próprio

Cooperação Internacional
para o Desenvolvimento



Mestrado Próprio

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificado: TECH Universidade Tecnológica
- » Dedicação: 16h/semana
- » Horário: no seu próprio ritmo
- » Provas: online

Acesso ao site: www.techtute.com/psicologia/mestrado-proprio/mestrado-proprio-cooperacao-internacional-desenvolvimento

Índice

01

Apresentação

pág. 4

02

Objetivos

pág. 8

03

Competências

pág. 14

04

Direção do curso

pág. 20

05

Estrutura e conteúdo

pág. 26

06

Metodologia

pág. 50

07

Certificado

pág. 60

01

Apresentação

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento está passando por um período de crescimento, devido ao aumento do número de organizações, tanto públicas quanto privadas, que se comprometem com políticas de solidariedade, fornecendo cada vez mais recursos para causas humanitárias. Os profissionais da psicologia têm um papel importante a desempenhar nestas intervenções, especialmente quando lidam com populações que sofreram uma ação inesperada, como uma guerra, um ataque terrorista ou uma catástrofe natural. Este programa de estudos visa capacitar estes profissionais no campo da Cooperação Internacional para que possam contribuir com todo o seu conhecimento neste tipo de ação.





“

*Os psicólogos podem encontrar na
Cooperação Internacional uma oportunidade
de trabalho que lhes permita desenvolver-se
pessoal e profissionalmente”*

Conseguir um desenvolvimento igualitário entre as populações mais necessitadas do mundo é um dos principais eixos nos quais se concentram as ações realizadas pelas ONGs e outras organizações nacionais e internacionais, tanto públicas como privadas, que trabalham no campo da Cooperação Internacional.

Os profissionais de psicologia desempenham um papel fundamental neste campo, pois, em muitas ocasiões, este trabalho é realizado com pessoas em estado de choque ou que podem ter algum tipo de patologia mental, derivada da situação em que vivem. Por esta razão, programas de estudos específicos para estes profissionais são um valor agregado para sua capacitação e uma vantagem para seu trabalho nestes ambientes.

Este programa de estudos foi concebido por profissionais do mundo da capacitação e da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Cada módulo é baseado na experiência e na realidade encontrada. Desta forma, ao estudar este Mestrado Próprio, o aluno adquirirá as competências necessárias para trabalhar e aplicar seus conhecimentos em todos os tipos de funções dentro das organizações que trabalham no campo da cooperação. Em particular, na TECH queremos oferecer aos psicólogos esta capacitação de altíssimo nível acadêmico que não só os beneficiará em seu desenvolvimento pessoal e profissional, mas também será o aval perfeito que lhes permitirá trabalhar em comunidades com necessidades extremas.

Além disso, por ser uma capacitação 100% online, o psicólogo poderá combinar este programa de estudos com suas obrigações diárias, escolhendo a todo momento onde e quando estudar. Uma capacitação de excelência, que levará o profissional ao mais alto patamar em sua área.

Este **Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento** conta com o conteúdo mais completo e atualizado do mercado. Suas principais características são:

- ♦ O desenvolvimento de casos práticos apresentados por especialistas em Cooperação Internacional
- ♦ O conteúdo gráfico, esquemático e extremamente útil fornece informações científicas e práticas sobre aquelas disciplinas indispensáveis para o exercício da profissão
- ♦ As novidades sobre cooperação internacional
- ♦ Exercícios práticos onde o processo de autoavaliação é realizado para melhorar a aprendizagem
- ♦ Destaque para as metodologias inovadoras em Cooperação internacional
- ♦ Lições teóricas, perguntas aos especialistas, fóruns de discussão sobre temas controversos e trabalhos de reflexão individual
- ♦ Disponibilidade de acesso a todo o conteúdo a partir de qualquer dispositivo, fixo ou portátil, com conexão à Internet



Uma capacitação com elevado nível educacional e elaborada pelos melhores especialistas da área, que lhe permitirá alcançar o sucesso profissional”

“

Este Mestrado Próprio é o melhor investimento que você pode fazer na escolha de um programa de capacitação por duas razões: além de atualizar seu conhecimento em Cooperação internacional para o Desenvolvimento, você irá obter um título emitido pela TECH Universidade Tecnológica”

Seu corpo docente inclui profissionais da área de psicologia, que trazem a experiência de seu trabalho para este curso, assim como especialistas reconhecidos de sociedades de referência e universidades de prestígio.

O seu conteúdo multimídia desenvolvido com a mais recente tecnologia educacional, oferece ao profissional uma aprendizagem situada e contextual, ou seja, um ambiente simulado que proporcionará um estudo imersivo e programado para capacitar em situações reais.

Este programa de estudos se fundamenta na Aprendizagem Baseada em Problemas, onde o profissional deverá resolver as diferentes situações da prática profissional que surgirem ao longo do curso. Para este fim, o especialista será assistido por um sistema inovador de vídeo interativo produzido por profissionais renomados e experientes no campo da cooperação internacional.

Seja mais confiante na tomada de decisões, atualizando seus conhecimentos através deste Mestrado Próprio.

Aproveite a oportunidade para conhecer os últimos avanços neste campo e aplicá-los à sua prática diária.



02 Objetivos

O principal objetivo do programa de estudos é o desenvolvimento do aprendizado teórico e prático, para que o psicólogo possa dominar de forma prática e rigorosa a Cooperação internacional.



“

Este Mestrado Próprio lhe permitirá atualizar seu conhecimento em Cooperação Internacional, através da mais recente tecnologia educacional, para contribuir com qualidade e segurança na tomada de decisões”



Objetivos gerais

- ♦ Proporcionar aos alunos uma capacitação avançada em cooperação internacional, de natureza especializada e baseada em conhecimentos teóricos e instrumentais, que lhes permita adquirir e desenvolver as competências e habilidades necessárias para obter uma qualificação como profissional em cooperação internacional
- ♦ Proporcionar aos alunos o conhecimento básico do processo de cooperação e desenvolvimento com base nos últimos avanços nas políticas sobre processos de sustentabilidade, envolvendo tanto aspectos econômicos quanto sociais
- ♦ Melhorar o desempenho profissional e desenvolver estratégias para adaptar e resolver os problemas do mundo atual através da pesquisa científica em processos de cooperação e desenvolvimento
- ♦ Divulgar as bases do sistema atual e desenvolver o espírito crítico e empreendedor necessário para se adaptar às mudanças políticas dentro da estrutura do direito internacional



*Atualize-se sobre os
últimos avanços em
Cooperação Internacional
para o Desenvolvimento*





Objetivos específicos

Módulo 1. O desenvolvimento dos povos: introdução e desafios

- ♦ Compreender a importância do desenvolvimento das comunidades
- ♦ Tomar consciência dos atores envolvidos no desenvolvimento, o porquê e suas consequências
- ♦ Conhecer e esclarecer conceitos tão básicos como pobres e empobrecidos
- ♦ Tomar consciência da situação mundial e do desenvolvimento
- ♦ Familiarizando-se com a estrutura econômica do mundo
- ♦ Gerenciar os conceitos de desenvolvimento sustentável, objetivos sustentáveis etc., para atingir suas metas e objetivos
- ♦ Conhecer as teorias básicas do desenvolvimento em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos

Módulo 2. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- ♦ Conhecer diferentes métodos de pesquisa na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Receber conhecimentos sobre metodologias para a defesa de políticas públicas, comunicação social, mudança política
- ♦ Compreender a evolução e o estado dos debates atuais sobre o desenvolvimento
- ♦ Familiarizar-se ao estudos com os instrumentos da cooperação internacional para o desenvolvimento, assim como com os tipos de projetos e ONGs existentes
- ♦ Desenvolver capacidades para trabalhar com os principais grupos vulneráveis envolvidos em ações e programas de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Entender o sistema de cooperação internacional e os diferentes atores que o compõem

Módulo 3. Concepção, monitoramento e avaliação de projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- ♦ Conhecer o ciclo de gestão de um projeto de desenvolvimento
- ♦ Familiarizar-se com as técnicas, tendências e projetos de Cooperação Internacional para o desenvolvimento
- ♦ Compreender as principais questões em diferentes contextos regionais e internacionais
- ♦ Conhecer os diferentes sistemas, modalidades e atores básicos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Conhecer as especificidades regionais de desenvolvimento e cooperação

Módulo 4. Educação para o Desenvolvimento Humano Sustentável

- ♦ Realizar ações e programas destinados a aumentar a consciência de determinadas situações de injustiça e a mudar valores para combatê-las
- ♦ Promover a participação da sociedade e principalmente de crianças e adolescentes e entidades do setor na transformação do mundo
- ♦ Criar processos de empoderamento e espaços de participação democrática ativa para crianças, visando transformar as políticas e o modelo de tomada de decisão sobre questões que as afetam
- ♦ Promover a investigação e reflexão sobre questões relacionadas com a infância e o desenvolvimento, fundamentando diferentes propostas para promover o desenvolvimento humano
- ♦ Favorecer o trabalho em rede com outras entidades do setor a fim de alcançar um maior impacto em nossas ações
- ♦ Analisar e compreender as iniciativas globais de combate à pobreza

Módulo 5. Ação Humanitária e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- ♦ Identificar os processos de formulação, monitoramento e avaliação das ações de cooperação para o desenvolvimento, de modo que eles venham a ter uma compreensão completa do que é um projeto de cooperação
- ♦ Desenvolver uma visão global sobre a natureza, perspectiva e objetivos das ações de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Analisar e avaliar o significado das prioridades setoriais e geográficas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, identificar os eixos estratégicos que orientam as políticas e ações de cooperação, os setores de atuação e os instrumentos para sua implementação
- ♦ Promover o debate e a reflexão sobre os aspectos relacionados ao desenvolvimento de políticas e ações de cooperação e estratégias que visem melhorar sua qualidade e eficácia
- ♦ Conhecer as metodologias de desenvolvimento de projetos e dominar as habilidades técnicas para a identificação, formulação, planejamento, programação, gerenciamento e monitoramento de projetos de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Compreender a fundo o contexto e a natureza das ações de ajuda humanitária
- ♦ Avaliar o processo e o resultado final dos diferentes projetos de cooperação para o desenvolvimento

Módulo 6. Direitos humanos (DH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- ♦ Identificar e classificar os tipos de conflitos armados e ser capaz de diferenciar de outras situações de violência armada; compreender o sistema de proteção às vítimas e aplicar este sistema
- ♦ Conhecer as limitações impostas pela lei humanitária aos combatentes em relação à condução de hostilidades, respeito por áreas, lugares e instalações marcadas com um sinal de proteção, e a exigência de um código de conduta em relação a vítimas, pessoal médico e religioso, e organizações humanitárias
- ♦ Identificar situações e pessoas que são particularmente vulneráveis em conflitos armados, estando conscientes da proteção que lhes é concedida pelo direito humanitário internacional
- ♦ Estimular a participação das pessoas e grupos com os quais são realizadas atividades de cooperação, permitindo-lhes identificar seus problemas e necessidades, liderar seus processos de mudança, avaliar sua evolução e decidir sobre novas linhas de ação

Módulo 7. Comunicação social e transformadora

- ♦ Capacitar comunicadores sociais que possam aplicar seus conhecimentos em diferentes níveis
- ♦ Identificar, compreender e saber como utilizar fontes estatísticas, técnicas e ferramentas informáticas para organizar informações selecionadas e planejar relatórios, análises e ações de desenvolvimento e cooperação
- ♦ Realizar uma reflexão ética sobre a cooperação, a informação, as imagens e sua aplicabilidade em contextos específicos e fontes de informação

Módulo 8. Igualdade e cooperação

- ♦ Interiorizar, analisar e compreender o que queremos dizer quando falamos de gênero, desenvolvimento e direitos da mulher
- ♦ Reconhecer o papel dos movimentos feministas nos processos de avanço e transformação social
- ♦ Intervir sob uma perspectiva de gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Módulo 9. Direitos ambientais

- ♦ Compreender a inter-relação entre todos os elementos do ambiente e como eles influenciam uns aos outros
- ♦ Detectar os diferentes tipos de poluição e como estes afetam o meio ambiente
- ♦ Analisar os regulamentos e a legislação em vigor sobre o assunto
- ♦ Incorporar as noções de sustentabilidade e ambiental e ecológica em projetos e ações de cooperação de forma transversal
- ♦ Compreender a ligação entre migração e o desenvolvimento dos países de origem e de destino

Módulo 10. NGOS e solidariedade local, regional e internacional

- ♦ Gerenciar os conceitos e definições das ONGs
- ♦ Conhecer a diversidade das ONGs e suas áreas de trabalho
- ♦ Aprender as linhas gerais da gestão das ONGs
- ♦ Identificar, compreender e saber como utilizar fontes e ferramentas de trabalho para identificar projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

03

Competências

Ao ser aprovado nas avaliações do Mestrado Próprio em Cooperação internacional para o Desenvolvimento, o profissional terá adquirido as habilidades necessárias para uma prática atualizada e de qualidade, baseada na metodologia de ensino mais inovadora.



“

*Com este programa de estudos, você
dominará as novas metodologia
e estratégias em Cooperação
Internacional para o Desenvolvimento”*



Competências gerais

- ♦ Analisar e compreender as iniciativas globais de combate à pobreza
- ♦ Conhecer as teorias básicas do desenvolvimento em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos
- ♦ Compreender a realidade sociocultural em diferentes contextos regionais e internacionais

“

Uma forma de capacitação e desenvolvimento profissional que impulsionará seu crescimento em direção a uma maior competitividade no mercado de trabalho"





Competências específicas

- ♦ Entender o sistema atual de relações internacionais e dos diferentes atores, oficiais e não oficiais, que o compõem
- ♦ Conhecer os diferentes sistemas e as políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Compreender as causas, dinâmicas e consequências da mobilidade humana e da migração
- ♦ Desenvolver capacidades para trabalhar com os principais grupos vulneráveis envolvidos em ações e programas de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Saber analisar as políticas públicas dentro do Quadro Lógico nas políticas de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Compreender as principais questões em diferentes contextos regionais e internacionais
- ♦ Ser capaz de elaborar novos instrumentos de cooperação para o desenvolvimento e intervir na gestão pública e privada de projetos de cooperação para o desenvolvimento em diferentes áreas regionais
- ♦ Analisar e refletir criticamente sobre os problemas e causas que afetam pessoas, grupos e sociedades, especialmente a infância, provocando uma mudança de atitudes e comportamentos em nossa sociedade
- ♦ Realizar ações e programas destinados a aumentar a consciência de determinadas situações de injustiça e a mudar valores para combatê-las
- ♦ Criar processos de empoderamento e espaços de participação democrática ativa para crianças, visando transformar as políticas e o modelo de tomada de decisão sobre questões que as afetam

- ♦ Analisar a realidade social, econômica, política e cultural das diferentes sociedades onde é realizado o trabalho dos agentes de Cooperação para o Desenvolvimento
- ♦ Celebrar atitudes e habilidades para a redução da pobreza e conscientização da equidade através da educação para o desenvolvimento e para os processos iniciais de cooperação, com valores tais como motivação, diálogo intercultural e solidariedade
- ♦ Adquirir os conhecimentos necessários para a gestão da ação humanitária (ajuda humanitária e de emergência), a partir da análise das necessidades básicas da população e da gestão dos principais riscos
- ♦ Analisar e avaliar o significado das prioridades setoriais e geográficas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, identificar os eixos estratégicos que orientam as políticas e ações de cooperação, os setores de atuação e os instrumentos para sua implementação
- ♦ Formular projetos de cooperação em entidades públicas, privadas e não governamentais
- ♦ Projetar e gerenciar instrumentos técnicos que reúnam de forma clara, precisa e atualizada as informações necessárias para a avaliação, planejamento e tomada de decisões em projetos de cooperação
- ♦ Compreender, fornecer ou ajudar nas atividades humanitárias para vítimas de conflitos armados sob o guarda-chuva do direito humanitário internacional
- ♦ Conhecer as limitações impostas pela lei humanitária aos combatentes em relação à condução de hostilidades, respeito por áreas, lugares e instalações marcadas com um sinal de proteção, e a exigência de um código de conduta em relação a vítimas, pessoal médico e religioso, e organizações humanitárias
- ♦ Responder a crises humanitárias e emergências avaliando a urgência da situação e planejando e desenvolvendo ações para enfrentá-las





- ♦ Atender às exigências atuais de treinamento em comunicação social diante da diversificação e revalorização da comunicação
- ♦ Refletir sobre áreas práticas de aplicação na sociedade sevilhana que podem ser compartilhadas e extrapoladas para outras realidades
- ♦ Promover o trabalho em equipes profissionais, aproveitando seus benefícios como espaço de reflexão, orientação da prática da cooperação para o desenvolvimento e como instrumento para a análise de situações e o planejamento de alternativas de trabalho e intervenção
- ♦ Intervir sob uma perspectiva de gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Detectar os diferentes tipos de poluição e como estes afetam o meio ambiente
- ♦ Compreender os processos migratórios de refúgio e asilo em todo o mundo e as diferentes políticas e ações realizadas no campo da cooperação para o desenvolvimento com esses grupos
- ♦ Conhecer a diversidade das ONGs e suas áreas de trabalho
- ♦ Internalizar a legislação de ONGs, associações e fundações nacionais e internacionais
- ♦ Trabalhar em equipes multidisciplinares e multiculturais como especialista em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Identificar, compreender e saber como utilizar fontes e ferramentas de trabalho para identificar projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

04

Direção do curso

O corpo docente deste programa de estudos conta com especialistas de referência em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que trazem para esta capacitação toda a experiência do seu trabalho. Além disso, outros especialistas de reconhecido prestígio participam de sua elaboração, completando o programa de estudos de forma interdisciplinar.



“

Os principais profissionais da área se reuniram para lhe mostrar os últimos avanços em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento"

Palestrante internacional convidado

Piotr Sasin é um especialista internacional com experiência na gestão de organizações sem fins lucrativos, especializado em assistência humanitária, resiliência e cooperação internacional para o desenvolvimento de comunidades. De fato, ele trabalhou em ambientes complexos e desafiadores, ajudando comunidades afetadas por conflitos, deslocamentos e crises humanitárias. Além disso, seu foco em inovações sociais e planejamento participativo lhe permitiu implementar soluções de longo prazo em áreas vulneráveis, melhorando significativamente as condições de vida.

Além disso, ele ocupou papéis chave como Diretor de Resposta à Crise de Refugiados na CARE, onde liderou iniciativas humanitárias para apoiar os deslocados em diversas regiões. Ele também trabalhou como Diretor de País na People in Need, sendo responsável por coordenar programas de desenvolvimento comunitário e de resposta rápida a emergências. Seu desempenho como Representante de País na Fundação Terre des Hommes lhe permitiu gerenciar projetos centrados na proteção infantil.

Consequentemente, a nível internacional, ele foi reconhecido por sua habilidade em gerenciar projetos de grande envergadura no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, colaborando com governos, ONGs e agências multilaterais em diversas regiões. Igualmente, sua liderança foi fundamental para promover a resiliência em comunidades afetadas por desastres, incentivando o empoderamento local por meio do planejamento urbano e do desenvolvimento sustentável. Assim, ele recebeu elogios por sua abordagem na mitigação de conflitos e sua capacidade de construir alianças estratégicas.

Em resumo, Piotr Sasin possui uma sólida formação acadêmica, com um Mestrado em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Regional, bem como uma Graduação em Etnologia e Cultura Antropológica, ambas obtidas na Universidade de Varsóvia, na Polônia. Assim, suas pesquisas se concentraram na cooperação internacional e no planejamento sustentável em contextos de crises humanitárias.



D. Sasin, Piotr

- Diretor de Resposta à Crise de Refugiados na CARE, Varsóvia, Polônia.
- Diretor de País na People in Need.
- Representante de País na Fundação Terre des Hommes.
- Diretor de Programa na Habitat for Humanity Poland.
- Mestre em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Varsóvia.
- Graduado em Etnologia e Cultura Antropológica pela Universidade de Varsóvia.

“

Graças à TECH, você pode aprender com os melhores profissionais do mundo”

Diretora convidada



Sra. Carmen Rodríguez Arteaga

- ♦ Diretora do Escritório de Estudos da Diretoria do INEM
- ♦ Chefe de Educação, Planejamento Estratégico e Coordenadora de Redes de Conhecimento na AECID
- ♦ Formada em Filosofia e Ciências da Educação UCM
- ♦ Especialista em Gestão do Conhecimento
- ♦ Especialista em Avaliação Educacional pela OEI
- ♦ Especialista em Indicadores e Estatísticas Educacionais na UNED
- ♦ Especialista em Cooperação para o Desenvolvimento em Matéria Educacional pela Universidade de Barcelona

Direção



Sra. María del Pilar Romero Mateos

- ♦ Educadora social especializada no empoderamento de crianças
- ♦ Professora de formação profissional
- ♦ Agente de igualdade de gênero
- ♦ Autora e colaboradora em projetos educacionais na Abile Educativa
- ♦ Co-autora do livro 'Principeso cara de beso'
- ♦ Especialista Universitária em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Professores

Sr. Carlos Cano Corcuera

- ♦ Especialista em Planejamento e Gestão de Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento
- ♦ Coordenador Geral da Cooperação Espanhola na República Dominicana
- ♦ Coordenador Geral da Cooperação Espanhola no México
- ♦ Formado em Biologia com especialização em Zoologia e Graduação em Ecologia Animal
- ♦ Cursos de especialização nas seguintes áreas: Cooperação Internacional; Identificação, Formulação e Monitoramento de Projetos de Cooperação; Ajuda Humanitária; Igualdade de Oportunidades; Negociações Internacionais; Planejamento com uma Perspectiva de Gênero; Gerenciamento de Resultados para o Desenvolvimento; Foco na Deficiência em Projetos de Cooperação e Cooperação Delegada da União Europeia etc.

Sra. Mercedes Flórez Gómez

- ♦ Especialista em Cooperação Internacional na Ibero-América
- ♦ Diretora do CFCE em Montevideu
- ♦ Formada em Geografia e História pela Universidade Complutense de Madri
- ♦ Diploma Avançado em Cooperação Sul
- ♦ Formada em Ação Humanitária, Instituto de Estudos sobre Conflito e Ação Humanitária
- ♦ MSc. em Responsabilidade Social Empresarial, Pontifícia Universidade de Salamanca
- ♦ MSc em Informação e Documentação da Universidade Antonio de Nebrija
- ♦ Especialista em Desigualdade, Cooperação e Desenvolvimento, Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación da Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Especialista em Planejamento e Gestão de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em Educação, Ciência e Cultura pela OEI

Sra. Cristina Córdoba

- ♦ Enfermeira Especialista em Cooperação Internacional
- ♦ Formação e experiência em projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Co-fundadora e participante do projeto PalSpain
- ♦ Fundadora da Associação da Juventude APUMAK, Madri, Espanha

Sra. Araceli Sánchez Garrido

- ♦ Chefe Adjunta do Departamento de Cooperação e Promoção Cultural do DRCC
- ♦ Responsável pela aplicação do Guia de Transversalização da Diversidade Cultural da AECID
- ♦ Professora do Mestrado em Gestão Cultural na Universidade Carlos III de Madrid
- ♦ Formada em Geografia e História, com especialização em Antropologia e Etnologia da América, Universidade Complutense de Madri
- ♦ Membro do Conselho de Conservadores de Museus, designada ao Museu de América em Madri

Sra. Marisa Ramos Rollon

- ♦ Assessora de Cooperação para o Desenvolvimento do Vice-Reitor de Relações Internacionais e Cooperação da Universidade Complutense de Madri
- ♦ Pesquisadora focada nas áreas de políticas e instituições públicas na América Latina e nas questões de governança democrática e políticas de desenvolvimento
- ♦ Diretora do Curso de Verão da Complutense sobre Políticas Públicas Agenda 2030
- ♦ Professora do Mestrado em Políticas de Transparência e Governança e Liderança Política, do Mestrado em Liderança Política, ambos da UCM e do Mestrado em Relações Latino Americanas-UE da Universidade de Alcalá

05

Estrutura e conteúdo

A estrutura do conteúdo foi elaborada por uma equipe de profissionais dos melhores centros educacionais e universidades do país, conscientes da importância de uma qualificação atualizada e inovadora, e comprometidos com um ensino de qualidade através de novas tecnologias educacionais.





“

Um programa de estudos completo, estruturado em unidades didáticas muito bem desenvolvidas, orientado para uma aprendizagem efetiva e rápida, compatível com sua vida pessoal e profissional”

Módulo 1. O desenvolvimento dos povos: introdução e desafios

- 1.1. O desenvolvimento
 - 1.1.1. Introdução
 - 1.1.2. O que é Desenvolvimento?
 - 1.1.3. Teorias sociológicas para o desenvolvimento
 - 1.1.3.1. Desenvolvimento através da modernização
 - 1.1.3.2. Desenvolvimento por dependência
 - 1.1.3.3. Teoria do Desenvolvimento Neoinstitucional
 - 1.1.3.4. Desenvolvimento através da democracia
 - 1.1.3.5. Teoria do desenvolvimento da identidade cultural
 - 1.1.4. Atores envolvidos no desenvolvimento
 - 1.1.4.1. De acordo como é canalizada, a ajuda pode ser
 - 1.1.4.2. De acordo com sua forma
 - 1.1.5. Países pobres ou empobrecidos
 - 1.1.5.1. O que se entende por empobrecido?
 - 1.1.6. Desenvolvimento econômico, social e sustentável
 - 1.1.7. PNUD
 - 1.1.8. Bibliografia
- 1.2. Poder, dinâmica e atores na sociedade internacional
 - 1.2.1. Introdução
 - 1.2.2. Elementos de poder
 - 1.2.3. Características da sociedade internacional
 - 1.2.4. Modelos de sociedade internacional
 - 1.2.4.1. Estático
 - 1.2.4.2. Dinamismo
 - 1.2.4.3. Global
 - 1.2.5. Características da sociedade internacional
 - 1.2.5.1. É uma sociedade de referência mundial
 - 1.2.5.2. É distinto da sociedade interestatal
 - 1.2.5.3. A sociedade internacional requer uma dimensão relacional
 - 1.2.5.4. A sociedade internacional goza de uma ordem comum
 - 1.2.6. Estrutura social da sociedade
 - 1.2.7. Estrutura da sociedade internacional
 - 1.2.7.1. Extensão espacial
 - 1.2.7.2. Estrutura de diversificação
 - 1.2.7.3. Dimensão cultural da sociedade internacional
 - 1.2.8. Polarização da sociedade internacional
 - 1.2.8.1. Conceito
 - 1.2.9. Grau de institucionalização da Sociedade Internacional
 - 1.2.10. Bibliografia
- 1.3. Livre comércio
 - 1.3.1. Introdução
 - 1.3.2. Interdependência desigual entre os países
 - 1.3.3. Empresas transnacionais
 - 1.3.3.1. O que são?
 - 1.3.4. A situação atual dos intercâmbios comerciais
 - 1.3.4.1. Transnacionais e livre comércio
 - 1.3.5. OMC
 - 1.3.5.1. Conceito
 - 1.3.5.2. Breve história
 - 1.3.5.3. As atividades da OMC são construídas em torno de três pilares
 - 1.3.6. Rondas, conferências e lobby
 - 1.3.7. Relações comerciais justas
 - 1.3.8. Coordenador de ONG para o Desenvolvimento da Espanha (CONGDE)
 - 1.3.8.1. Propostas CONGDE
 - 1.3.9. Responsabilidade social corporativa
 - 1.3.10. Um pacto global
 - 1.3.11. O comércio justo
 - 1.3.11.1. Definição internacional
 - 1.3.12. Bibliografia

- 1.4. Desenvolvimento sustentável e educação
 - 1.4.1. Introdução
 - 1.4.2. Educação sobre e para o desenvolvimento sustentável
 - 1.4.2.1. Principais diferenças
 - 1.4.3. Sustentabilidade
 - 1.4.3.1. Conceito
 - 1.4.4. Desenvolvimento Sustentável
 - 1.4.4.1. Conceito
 - 1.4.5. Componentes de desenvolvimento sustentável
 - 1.4.6. Princípios do desenvolvimento sustentável
 - 1.4.7. Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS)
 - 1.4.7.1. Definição
 - 1.4.8. História da educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 1.4.8.1. Conceito
 - 1.4.9. Reorientar a educação
 - 1.4.10. Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável
 - 1.4.11. Bibliografia
- 1.5. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)
 - 1.5.1. Introdução
 - 1.5.2. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
 - 1.5.2.1. Antecedentes
 - 1.5.3. Campanha do Milênio
 - 1.5.4. Resultados dos ODM
 - 1.5.5. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
 - 1.5.5.1. Definição
 - 1.5.5.2. Quem está envolvido?
 - 1.5.6. O que são as ODS?
 - 1.5.6.1. Características
 - 1.5.7. Diferenças entre ODM e ODS
 - 1.5.8. Agenda do Desenvolvimento Sustentável
 - 1.5.8.1. Agenda 2030
 - 1.5.8.2. Os ODSs são legalmente obrigatórios?
 - 1.5.9. Monitorando a realização dos ODSs
 - 1.5.10. Bibliografia
- 1.6. Teorias sobre desenvolvimento sustentável
 - 1.6.1. Introdução
 - 1.6.2. Agentes de desenvolvimento
 - 1.6.3. Problemas da educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 1.6.3.1. Habilidades
 - 1.6.4. A ONU e seu trabalho de desenvolvimento
 - 1.6.4.1. A história do ONU
 - 1.6.4.2. A ONU e sustentabilidade
 - 1.6.5. Programa 21: Agenda 21 da ONU
 - 1.6.5.1. Objetivos da Agenda 21
 - 1.6.6. PNUD
 - 1.6.6.1. História da PNUD
 - 1.6.6.2. Objetivos do PNUD
 - 1.6.7. Outras teorias para apoiar o desenvolvimento sustentável
 - 1.6.7.1. Decrescimento
 - 1.6.8. Teorias alternativas ao desenvolvimento sustentável
 - 1.6.8.1. Ecodesenvolvimento
 - 1.6.9. Bibliografia
- 1.7. Sociedade civil, movimentos sociais e processos de transformação
 - 1.7.1. Introdução
 - 1.7.2. Conceito de Movimento social
 - 1.7.3. Objetivos dos movimentos sociais
 - 1.7.4. Estrutura dos movimentos sociais
 - 1.7.5. Definições dos principais autores
 - 1.7.6. Desafio coletivo
 - 1.7.7. A busca de um objetivo comum
 - 1.7.8. Evolução dos movimentos sociais
 - 1.7.9. Participação e consolidação da democracia
 - 1.7.10. Os movimentos sociais mais importantes dos últimos anos na Europa
 - 1.7.11. Bibliografia

- 1.8. Desenvolvimento comunitário participativo
 - 1.8.1. Introdução
 - 1.8.2. Comunidade
 - 1.8.2.1. De quem depende o sucesso de uma comunidade?
 - 1.8.3. Conceito de participação
 - 1.8.4. Conceito de desenvolvimento comunitário
 - 1.8.5. Definindo as características do Desenvolvimento Comunitário
 - 1.8.6. Processos para alcançar o desenvolvimento comunitário
 - 1.8.6.1. Diagnóstico participativo
 - 1.8.6.2. Plano de Desenvolvimento
 - 1.8.6.3. Planejamento participativo
 - 1.8.6.4. Plano de Desenvolvimento Comunitário
 - 1.8.7. Doze lições de Desenvolvimento Comunitário Participativo
 - 1.8.8. Fatores fundamentais
 - 1.8.9. Bibliografia
- 1.9. Índice de Desenvolvimento Humano
 - 1.9.1. Introdução
 - 1.9.2. Índice de Desenvolvimento Humano
 - 1.9.2.1. Princípios do IDH
 - 1.9.2.2. Objetivos do IDH
 - 1.9.2.3. Limitações da IDH
 - 1.9.2.4. Tipos de indicadores
 - 1.9.3. Características do desenvolvimento humano
 - 1.9.4. Metodologia para calcular o IDH
 - 1.9.5. Outros índices de desenvolvimento humano
 - 1.9.5.1. Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à desigualdade
 - 1.9.5.2. Índice de desigualdade de gênero
 - 1.9.5.3. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)
 - 1.9.6. PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 - 1.9.7. Conclusões
 - 1.9.8. Bibliografia





- 1.10. Parcerias locais para o desenvolvimento
 - 1.10.1. Introdução
 - 1.10.2. O que é uma ONGs para o Desenvolvimento?
 - 1.10.3. Os movimentos de desenvolvimento do Estado
 - 1.10.4. Pobreza zero
 - 1.10.4.1. Objetivos
 - 1.10.4.2. Estratégia de ação
 - 1.10.4.3. Suas organizações constituintes
 - 1.10.5. Coordenadora de ONGs para o Desenvolvimento Espanha
 - 1.10.5.1. Objetivo
 - 1.10.5.2. Planos estratégicos
 - 1.10.5.3. Linhas estratégicas
 - 1.10.6. Coordenadores automáticos
 - 1.10.7. Grupos de Ação Social
 - 1.10.8. Bibliografia

Módulo 2. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- 2.1. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.1.1. Introdução
 - 2.1.2. O que é cooperação internacional para o desenvolvimento?
 - 2.1.3. Objetivos e propósitos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.1.4. Objetivos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Português
 - 2.1.5. Evolução de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Brasil
 - 2.1.6. Origens e evolução histórica da Cooperação Internacional
 - 2.1.7. Os planos de reconstrução da Europa no conflito bipolar
 - 2.1.8. Os processos de descolonização nos anos do pós-guerra
 - 2.1.9. Crise de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.1.10. Mudanças na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.1.11. Bibliografia

- 2.2. Modalidades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.2.1. Introdução
 - 2.2.2. Principais instrumentos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.2.2.1. Cooperação ao desenvolvimento
 - 2.2.2.2. Educação para o Desenvolvimento
 - 2.2.2.3. Assistência técnica, treinamento e pesquisa
 - 2.2.2.4. Ações humanitárias
 - 2.2.3. Outras ferramentas de Cooperação
 - 2.2.3.1. Cooperação econômica
 - 2.2.3.2. Ajuda financeira
 - 2.2.3.3. Cooperação científica e tecnológica
 - 2.2.3.4. Ajuda alimentar
 - 2.2.4. Modalidades de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.2.5. Tipos de modalidades
 - 2.2.5.1. Modalidade de acordo com a origem dos fundos
 - 2.2.6. Tipos de ajuda de acordo com os atores que canalizam os fundos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.2.6.1. Bilateral
 - 2.2.6.2. Multilateralidade
 - 2.2.6.3. Cooperação descentralizada
 - 2.2.6.4. Cooperação não-governamental
 - 2.2.6.5. Cooperação empresarial
 - 2.2.7. Tipos de ajuda dependendo da situação geopolítica e do nível de desenvolvimento dos países doadores e receptores
 - 2.2.8. Tipos de ajuda de acordo com a existência ou não de limitações no uso dos fundos
 - 2.2.9. Outras ferramentas de cooperação Codesenvolvimento
 - 2.2.9.1. Intervenções de co-desenvolvimento
 - 2.2.10. Bibliografia
- 2.3. Organizações Multilaterais
 - 2.3.1. O Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento
 - 2.3.2. Atores de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.3.3. Os atores do sistema de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
 - 2.3.4. Definições relevantes da Organização Internacional (OI)
 - 2.3.5. Características das Organizações Internacionais
 - 2.3.5.1. Tipos de Organizações Internacionais
 - 2.3.6. Vantagens da Cooperação multilateral
 - 2.3.7. Contribuições das Organizações Internacionais para o Sistema Multilateral
 - 2.3.8. Instituições Financeiras Multilaterais (IMFs)
 - 2.3.8.1. Características das IFM
 - 2.3.8.2. Composição das IMFs
 - 2.3.8.3. Tipos de Instituições Financeiras Multilaterais
 - 2.3.9. Bibliografia
- 2.4. Fontes de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.4.1. Introdução
 - 2.4.2. Diferença entre Cooperação Governamental e Não-Governamental
 - 2.4.3. Instituições Financeiras Multilaterais
 - 2.4.4. O Fundo Monetário Internacional (FMI)
 - 2.4.5. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional EUA ID
 - 2.4.5.1. Quem é a audiência?
 - 2.4.5.2. História do EUA ID
 - 2.4.5.3. Setores de intervenção
 - 2.4.6. A União Europeia
 - 2.4.6.1. Objetivos da UE
 - 2.4.6.2. Objetivos gerais da ação externa da UE
 - 2.4.7. Instituições Multilaterais não-financeiras
 - 2.4.7.1. Lista de Instituições Multilaterais não-financeiras
 - 2.4.7.2. Ações das Instituições Multilaterais Não-Financeiras
 - 2.4.8. Organização das Nações Unidas
 - 2.4.9. Bibliografia
- 2.5. Plano Diretor da Cooperação Espanhola 2018-2021
 - 2.5.1. Introdução
 - 2.5.2. Desafios de ação e gestão para a Cooperação Espanhola
 - 2.5.3. O que é um plano diretor?
 - 2.5.3.1. Plano Diretor da Cooperação Espanhola
 - 2.5.3.2. Áreas que compõem o V Plano Diretor da CE

- 2.5.4. Objetivos do Plano Diretor
 - 2.5.4.1. Objetivos gerais da ação externa da CID
- 2.5.5. Prioridades geográficas para ação no âmbito do Plano Diretor da CID
- 2.5.6. Agenda 2030
 - 2.5.6.1. O que é a Agenda 2030?
 - 2.5.6.2. Desenvolvimento da Agenda 2030
 - 2.5.6.3. Especificações gerais
 - 2.5.6.4. Implementação da Agenda 2030
- 2.5.7. Bibliografia
- 2.6. Ações humanitárias
 - 2.6.1. Introdução
 - 2.6.2. Ajuda Humanitária no Contexto Internacional
 - 2.6.3. Tendências em Ação Humanitária
 - 2.6.4. Principais objetivos da Ação Humanitária
 - 2.6.5. Primeira Estratégia de Ação Humanitária na Cooperação Espanhola
 - 2.6.6. AECID e Ação Humanitária
 - 2.6.7. O financiamento da Ação Humanitária e sua evolução
 - 2.6.8. Princípios do Direito Humano Internacional e da Ação Humanitária
 - 2.6.9. Resumo
 - 2.6.10. Bibliografia
- 2.7. Foco de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.7.1. Introdução
 - 2.7.2. O que é foco de gênero?
 - 2.7.3. Por que é importante integrar o gênero nos processos de desenvolvimento?
 - 2.7.4. A abordagem de gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.7.5. Linhas estratégicas de trabalho sobre a abordagem de gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.7.6. Objetivos do V Plano Diretor de Cooperação Espanhola em termos de promoção dos direitos e oportunidades para homens e mulheres
 - 2.7.7. Objetivos prioritários de igualdade no CID
 - 2.7.8. Estratégia Setorial de Gênero na Cooperação para o Desenvolvimento da Cooperação Espanhola
 - 2.7.9. Guia de Integração da Perspectiva de Gênero
 - 2.7.10. Bibliografia
- 2.8. Foco nos Direitos Humanos e na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.8.1. Introdução
 - 2.8.2. Direitos humanos
 - 2.8.3. Abordagem dos Direitos Humanos na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.8.4. Como surgiu a abordagem dos direitos humanos
 - 2.8.5. Elementos que a abordagem dos DH oferece à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.8.5.1. Novo marco de referência: normas internacionais de Direitos Humanos
 - 2.8.5.2. Um novo olhar sobre o desenvolvimento da capacidade
 - 2.8.5.3. Participação em políticas públicas
 - 2.8.5.4. Prestação de contas
 - 2.8.6. Desafios do foco em Direitos Humanos em Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento
 - 2.8.7. Desafios na identificação e formulação de projetos
 - 2.8.8. Desafios na execução de projetos
 - 2.8.9. Desafios na identificação e avaliação de projetos
 - 2.8.10. Bibliografia
- 2.9. Mobilidade humana e migrações
 - 2.9.1. Introdução
 - 2.9.2. Migrações
 - 2.9.2.1. Os primeiros movimentos humanos
 - 2.9.2.2. Tipos de migração
 - 2.9.2.3. Causas de migrações
 - 2.9.3. Organização na era da globalização
 - 2.9.3.1. Melhoria das condições de vida
 - 2.9.3.2. Vulnerabilidade e migração
 - 2.9.4. Segurança humana e conflitos
 - 2.9.5. Desafios do Sistema Internacional de Asilo
 - 2.9.6. A ACNUDH
 - 2.9.7. Estratégia de migração baseada nos direitos humanos
 - 2.9.8. Bibliografia

Módulo 3. Concepção, monitoramento e avaliação de projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- 3.1. Familiarizar-se com a elaboração de projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 3.1.1. Introdução
 - 3.1.2. Significado do projeto
 - 3.1.3. Tipos de projetos
 - 3.1.4. O Ciclo de projetos
 - 3.1.5. Passos para desenvolver um projeto
 - 3.1.6. Identificação
 - 3.1.7. Desenho
 - 3.1.8. Implementação e monitoramento
 - 3.1.9. Avaliação
 - 3.1.10. Bibliografia
- 3.2. A abordagem do Marco Lógico
 - 3.2.1. Introdução
 - 3.2.2. O que é a abordagem do Marco Lógico?
 - 3.2.3. Aproximações ao método
 - 3.2.4. Definições de métodos
 - 3.2.5. Passos do método
 - 3.2.6. Conclusões
 - 3.2.7. Bibliografia
- 3.3. Identificação do projeto de acordo com o Marco Lógico (I)
 - 3.3.1. Introdução
 - 3.3.2. Análise da participação
 - 3.3.3. Critérios para a seleção dos beneficiários dos projetos
 - 3.3.4. Esquema dos resultados da análise da participação
 - 3.3.5. Dificuldades na análise da participação
 - 3.3.6. Regras ouro da análise da participação
 - 3.3.7. Casos práticos
 - 3.3.7.1. Doenças na comunidade do Montecito
 - 3.3.7.2. Análise participação
 - 3.3.8. Bibliografia
- 3.4. Identificação do projeto de acordo com o Marco Lógico (II)
 - 3.4.1. Introdução
 - 3.4.2. Análise de problemas potenciais
 - 3.4.3. Como surge a árvore de problemas
 - 3.4.4. Passos para desenvolver uma árvore de problemas
 - 3.4.5. Problemas na elaboração uma árvore de problemas
 - 3.4.6. Conclusões
 - 3.4.6.1. Análise dos objetivos
 - 3.4.6.2. Árvore de problemas
 - 3.4.7. Bibliografia
- 3.5. Identificação do projeto de acordo com o Marco Lógico (III)
 - 3.5.1. Análise de alternativas
 - 3.5.2. Como realizar a análise das alternativas
 - 3.5.3. Critérios para avaliar alternativas
 - 3.5.4. Sequência para conduzir a análise de alternativas
 - 3.5.5. Conclusões
 - 3.5.6. Bibliografia
- 3.6. A abordagem da Enfoque do Marco Lógico para a concepção do projeto
 - 3.6.1. Introdução
 - 3.6.2. Matriz de planejamento
 - 3.6.2.1. Lógica vertical
 - 3.6.2.2. Lógica horizontal
 - 3.6.3. Origem da matriz de planejamento
 - 3.6.4. Composição da matriz de planejamento
 - 3.6.5. Conteúdos da matriz de planejamento
 - 3.6.6. Bibliografia



- 3.7. Indicadores e avaliação de projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos
 - 3.7.1. Introdução
 - 3.7.2. O que é viabilidade?
 - 3.7.3. Fatores de Viabilidade
 - 3.7.4. Avaliação
 - 3.7.5. Tipos de avaliação
 - 3.7.6. Critérios de avaliação
 - 3.7.7. Projeto da avaliação
 - 3.7.8. Indicadores de avaliação
 - 3.7.9. Ferramentas de coleção análise de dados
 - 3.7.10. Levantamento de informações
 - 3.7.11. Bibliografia
- 3.8. Desenho do projeto de acordo com a Abordagem do Marco Lógico (II): Casos práticos
 - 3.8.1. Introdução
 - 3.8.2. Apresentação de estudo de caso
 - 3.8.2.1. Doenças na comunidade do Montecito
 - 3.8.3. Anexos
 - 3.8.4. Bibliografia

Módulo 4. Educação para o Desenvolvimento Humano Sustentável

- 4.1. Educação para o Desenvolvimento Humano Sustentável
 - 4.1.1. Introdução
 - 4.1.2. Crescimento econômico, social e sustentável
 - 4.1.3. Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e educação
 - 4.1.4. Educação sobre e para o desenvolvimento sustentável
 - 4.1.4.1. Diferenças principais
 - 4.1.4.2. Sustentabilidade
 - 4.1.4.3. Desenvolvimento Sustentável
 - 4.1.5. Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS)
 - 4.1.6. Bibliografia

- 4.2. Educação para o Desenvolvimento e a sua evolução
 - 4.2.1. Introdução
 - 4.2.2. Objetivos da educação para o desenvolvimento
 - 4.2.2.1. Finalidade das atividades de EPD
 - 4.2.2.2. Finalidade da EPD
 - 4.2.3. Dimensões da EPD
 - 4.2.4. A história do EPD
 - 4.2.5. Reorientar a educação
 - 4.2.6. Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável
 - 4.2.7. Exercícios para introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável
 - 4.2.7.1. Tome tudo hoje ou todos levam sempre
 - 4.2.7.2. Tome tudo hoje ou todos levam sempre(II)
 - 4.2.7.3. Observações sobre o jogo “Tome tudo hoje ou todos levam sempre” II
 - 4.2.8. Bibliografia
- 4.3. Estratégias de Intervenção na Educação para o Desenvolvimento
 - 4.3.1. O ensino formal, não formal e informal
 - 4.3.2. Reorientar a educação
 - 4.3.3. Componentes da educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 4.3.4. Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável
 - 4.3.5. Problemas:
 - 4.3.6. Estrutura para ensinar ou discutir questões ambientais
 - 4.3.7. Habilidades
 - 4.3.8. Perspectivas
 - 4.3.9. Bibliografia
- 4.4. Desafios da ED na Espanha e no mundo
 - 4.4.1. Introdução
 - 4.4.2. Componentes do EDS
 - 4.4.2.1. Valores
 - 4.4.3. Desafios e barreiras à ESD
 - 4.4.3.1. Desafios enfrentados pela ESD
 - 4.4.4. Bibliografia
- 4.5. Educação, participação e transformação social
 - 4.5.1. Introdução
 - 4.5.1.1. A administração durante a mudança
 - 4.5.2. Processo para provocar a mudança
 - 4.5.2.1. Tomar a decisão de agir
 - 4.5.2.2. Reforce sua decisão com uma razão
 - 4.5.2.3. Prepare uma estratégia de comunicação para compartilhar sua visão com as partes interessadas e a comunidade
 - 4.5.2.4. Preparar metas finais e intermediárias
 - 4.5.2.5. Estabelecer responsabilidades e métodos para a avaliação programática
 - 4.5.2.6. Rever e revisar as metas finais e intermediárias
 - 4.5.2.7. Recompensas e celebrações
 - 4.5.3. Exercícios para criar metas de sustentabilidade para a comunidade através da participação pública
 - 4.5.3.1. Conhecer seus vizinhos
 - 4.5.3.2. Vamos construir um consenso
 - 4.5.3.3. Sua comunidade através da lente da sustentabilidade
 - 4.5.4. Bibliografia
- 4.6. Atores ED
 - 4.6.1. Introdução
 - 4.6.2. Atores: a Administração Geral do Estado
 - 4.6.3. Atores: Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação: Secretaria de Estado de Cooperação Internacional e para Ibero-América e Caribe (SECIPIC)
 - 4.6.4. Atores: Ministério da Educação e Ciência
 - 4.6.5. Outros ministérios
 - 4.6.6. Conselho de Cooperação
 - 4.6.7. ONGs para o Desenvolvimento
 - 4.6.8. Atores: Coordenação das Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento da Espanha (CONGDE)
 - 4.6.9. Atores: O espaço europeu
 - 4.6.10. Outros atores
 - 4.6.10.1. Os meios de comunicação
 - 4.6.10.2. Redes, associações e movimentos sociais
 - 4.6.11. Atores: Universidades
 - 4.6.12. Bibliografia

- 4.7. Educação para o desenvolvimento em ambientes formais, não formais e informais
 - 4.7.1. Reorientar a educação existente
 - 4.7.1.1. Pontos a considerar
 - 4.7.1.2. A educação como uma grande esperança para um futuro sustentável
 - 4.7.2. A história da professora Mafalda
 - 4.7.2.1. Contexto
 - 4.7.2.2. Estrutura
 - 4.7.2.3. Atributos da cidadania global
 - 4.7.2.4. Recomendações práticas de acordo com alguns fatores determinantes
 - 4.7.3. Bibliografia
- 4.8. Estratégia DE comparativa da Cooperação
 - 4.8.1. Introdução
 - 4.8.2. Conceito de educação não formal
 - 4.8.3. Atividades de EPD de educação não formal
 - 4.8.4. Educação informal
 - 4.8.5. Áreas de educação informal
 - 4.8.5.1. Os meios de comunicação
 - 4.8.5.2. Campanhas de conscientização em defesa da causa
 - 4.8.5.3. Estudos, pesquisas e publicações
 - 4.8.5.4. Internet e redes sociais
 - 4.8.6. Recomendações
 - 4.8.7. Bibliografia
- 4.9. Educação para o Desenvolvimento Áreas de ação de acordo com o plano diretor de cooperação
 - 4.9.1. Introdução
 - 4.9.2. Estratégia de Educação para o Desenvolvimento do 5º Plano Diretor da CE
 - 4.9.3. Objetivos do Plano Diretor da EPD
 - 4.9.4. Estratégia Setorial do Plano Diretor da EPD
 - 4.9.4.1. PAS
 - 4.9.4.2. Estratégias
 - 4.9.5. As linhas estratégicas da AECID para a EpD
 - 4.9.6. Geração de cidadania global em redes sociais
 - 4.9.7. Bibliografia

- 4.10. Projetos de ED no mundo
 - 4.10.1. Introdução
 - 4.10.2. Economia social "Zafra Local" do movimento NGDO páramo, cooperação e desenvolvimento
 - 4.10.2.1. Em que se baseia este projeto?
 - 4.10.2.2. Objetivos do projeto
 - 4.10.2.3. A moeda local no coração do projeto
 - 4.10.2.4. Exemplos na Espanha
 - 4.10.2.5. Exemplos na Europa
 - 4.10.2.6. Dois formatos
 - 4.10.2.7. Moeda para apoiar o comércio local
 - 4.10.2.8. Moeda para favorecer o consumo local
 - 4.10.2.9. Moeda solidária
 - 4.10.2.10. Moeda de feira
 - 4.10.2.11. Processo participativo
 - 4.10.3. Bibliografia

Módulo 5. Ação Humanitária e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- 5.1. Ações humanitárias
 - 5.1.1. Introdução
 - 5.1.2. O que é Ação Humanitária?
 - 5.1.2.1. Conceito e definições
 - 5.1.3. Definição de humanitário
 - 5.1.4. Qual é a finalidade da ajuda humanitária?
 - 5.1.5. objetivos da Ação Humanitária
 - 5.1.6. Beneficiários da Ação Humanitária
 - 5.1.7. Conceito de socorro
 - 5.1.8. A ajuda de emergência
 - 5.1.8.1. Linhas de atuação para assistência de emergência
 - 5.1.9. Ajuda Humanitária
 - 5.1.9.1. Diferenças entre a ajuda humanitária e a ação humanitária
 - 5.1.10. Conclusões
 - 5.1.11. Bibliografia

5.2. Ação Humanitária e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

5.2.1. Introdução

5.2.2. História da Ação Humanitária

5.2.2.1. Humanitarismo moderno

5.2.2.2. Evolução

5.2.3. Princípios Éticos e Operacionais da Ação Humanitária

5.2.4. Princípios humanitários

5.2.4.1. Dilemas que contribuem

5.2.5. Humanidade

5.2.5.1. Definição e dilemas

5.2.6. Imparcialidade

5.2.6.1. Definição e dilemas

5.2.7. Neutralidade

5.2.7.1. Definição e dilemas

5.2.8. Independência

5.2.8.1. Definição e dilemas

5.2.9. Universalidade

5.2.9.1. Definição e dilemas

5.2.10. Conclusões

5.2.11. Bibliografia

5.3. Conteúdo e objetivos específicos da Ação Humanitária (I)

5.3.1. Introdução

5.3.2. Ação Humanitária e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

5.3.2.1. O humanitarismo clássico e o novo humanitarismo

5.3.2.2. Vinculação de emergência e desenvolvimento

5.3.3. Abordagem VARD

5.3.3.1. Conceito de *continuum* e *contiguum*

5.3.4. Ação Humanitária e VARD

5.3.5. Preparação, mitigação e prevenção

5.3.6. Redução de vulnerabilidades e fortalecimento das capacidades

5.3.7. Bibliografia

5.4. Conteúdo e objetivos específicos da Ação Humanitária (II)

5.4.1. Proteção às vítimas

5.4.1.1. O direito ao asilo e ao refúgio

5.4.1.2. Interferências humanitárias

5.4.2. Supervisão/acompanhamento internacional do respeito

5.4.3. Depoimento e denúncia das violações dos Direitos Humanos

5.4.4. A pressão política (Lobby) das ONGs

5.4.4.1. Acompanhamento e presença internacional

5.4.5. Ação política de alto nível

5.4.6. Códigos de conduta

5.4.7. Projetos ESFERA

5.4.7.1. Carta Humanitária

5.4.7.2. Normas Mínimas

5.4.7.3. O Padrão Humanitário Principal

5.4.7.4. Avaliação da Ação Humanitária

5.4.7.5. Por que avaliar a ação humanitária?

5.4.8. Bibliografia

5.5. Atores da Ação Humanitária

5.5.1. Introdução

5.5.2. Quais são os atores da ação humanitária?

5.5.3. A população afetada

5.5.4. Os governos afetados

5.5.5. ONGs

5.5.6. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e da Meia Lua Vermelha

5.5.7. Governos doadores

5.5.8. Agências humanitárias da ONU

5.5.9. A União Europeia

5.5.10. Outros atores

5.5.10.1. Entidades do setor privado

5.5.10.2. Os meios de comunicação

5.5.10.3. Forças Militares

5.5.11. Bibliografia

- 5.6. Principais desafios dos atores e da Ação Humanitária
 - 5.6.1. Introdução
 - 5.6.2. A Cúpula Humanitária Mundial
 - 5.6.2.1. A Agenda para a Humanidade
 - 5.6.3. As principais necessidades de olhar para o futuro
 - 5.6.4. Aumentar o peso e a capacidade dos atores locais
 - 5.6.4.1. Carta para Mudança
 - 5.6.5. Desafios organizacionais para as ONGs em nível internacional
 - 5.6.6. A necessidade das Nações Unidas considerarem as questões humanitárias como uma questão global
 - 5.6.7. Bibliografia
- 5.7. OCAH O Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários
 - 5.7.1. Objetivos
 - 5.7.2. Organização das Nações Unidas
 - 5.7.3. ONU e Ação Humanitária
 - 5.7.4. O Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários OCAH
 - 5.7.4.1. A origem da OCAH
 - 5.7.4.2. A evolução da OCAH
 - 5.7.4.3. A reforma humanitária de 2005
 - 5.7.4.4. A abordagem de agrupamento
 - 5.7.4.5. Os instrumentos de coordenação da OCHA
 - 5.7.4.6. A Missão da OCAH
 - 5.7.4.7. Planos estratégico da OCAH 2018-2021
 - 5.7.5. Bibliografia
- 5.8. O escritório de Ação Humanitários OAH
 - 5.8.1. Objetivos
 - 5.8.2. Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)
 - 5.8.3. Ação humanitária espanhola
 - 5.8.4. AECID e o Escritório de Ação Humanitários (OAH)
 - 5.8.5. O Escritório de Ação Humanitários (OAH)
 - 5.8.5.1. Os objetivos e funções da OAH
 - 5.8.5.2. O financiamento da OAH
 - 5.8.6. Bibliografia

- 5.9. Estratégias Comparativas de Ação Humanitária para o Desenvolvimento
 - 5.9.1. Objetivos
 - 5.9.2. Introdução
 - 5.9.3. A participação da Espanha na Cúpula Humanitária Mundial
 - 5.9.3.1. Tendências na cúpula do Escritório de Ação Humanitária da AECID
 - 5.9.4. O V Plano Diretor da Cooperação Espanhola 2018-2021
 - 5.9.5. O projeto START
 - 5.9.5.1. Objetivos e propósitos do projeto START
 - 5.9.5.2. A equipe do projeto START
 - 5.9.6. Conclusões
 - 5.9.7. Bibliografia

Módulo 6. Direitos Humanos (DH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- 6.1. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário
 - 6.1.1. Introdução
 - 6.1.2. Conceito e definição de Direitos Humanos
 - 6.1.3. Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 6.1.3.1. O que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos?
 - 6.1.3.2. Autores da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 6.1.3.3. Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 6.1.3.4. Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 6.1.4. Bibliografia
- 6.2. Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 6.2.1. O que é o Direito Humanitário Internacional? (DIH)
 - 6.2.2. Ramificações do DIH
 - 6.2.3. A Convenção de Genebra e as regras fundamentais que sustentam as Convenções de Genebra
 - 6.2.4. Âmbito do direito humano internacional
 - 6.2.4.1. Proibições e restrições gerais sobre certos métodos e meios de guerra
 - 6.2.4.2. Proibições e restrições específicas
 - 6.2.5. Quando o DIH se aplica?
 - 6.2.6. Quem o DIH protege e como?
 - 6.2.7. Bibliografia

- 6.3. A ONU e os Direitos Humanos
 - 6.3.1. ONU Organização das Nações Unidas
 - 6.3.1.1. O que é?
 - 6.3.1.2. A história do ONU
 - 6.3.1.3. ONU e direitos humanos
 - 6.3.2. Como a ONU promove e protege os direitos humanos?
 - 6.3.2.1. Alto Comissariado para os Direitos Humanos
 - 6.3.2.2. Conselho de Direitos Humanos
 - 6.3.2.3. UNGD-HRM
 - 6.3.2.4. Consultores especiais sobre a Prevenção de Genocídio e Responsabilidade de Proteger
 - 6.3.3. Conclusões
 - 6.3.4. Bibliografia
- 6.4. Instrumentos de protecção de los Direitos Humanos da ONU
 - 6.4.1. Introdução
 - 6.4.2. Instrumentos legais que auxiliam a ONU na proteção dos direitos humanos
 - 6.4.2.1. Carta Internacional de direitos humanos
 - 6.4.2.2. Democracia:
 - 6.4.2.3. Outros órgãos da ONU encarregados de proteger os direitos humanos
 - 6.4.3. Vários órgãos que lidam com várias questões
 - 6.4.4. Secretário Geral
 - 6.4.5. Operações de paz das Nações Unidas
 - 6.4.6. Comissão sobre o Status da Mulher (CSW)
 - 6.4.7. Bibliografia
- 6.5. Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 6.5.1. Introdução





- 6.5.2. O que é Direito Internacional dos Direitos Humanos?
 - 6.5.2.1. Características do Direito Internacional dos Direitos Humanos
- 6.5.3. Principais diferenças entre o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos
- 6.5.4. Crimes contra a humanidade
 - 6.5.4.1. Crimes contra a humanidade ao longo da história
- 6.5.5. Bibliografia
- 6.6. Organizações não governamentais (ONGs) e DH
 - 6.6.1. Introdução
 - 6.6.1.1. O que é uma ONGs para o Desenvolvimento?
 - 6.6.2. ONG e direitos humanos
 - 6.6.3. Categorias de ONGs de direitos humanos
 - 6.6.4. Principais características das ONGs de direitos humanos
 - 6.6.5. Bibliografia
- 6.7. Violações de Direitos Humanos no mundo
 - 6.7.1. Introdução
 - 6.7.2. Casos de Violações de Direitos Humanos por artigos
 - 6.7.2.1. Artigo 3: Direito à vida, à liberdade e à segurança
 - 6.7.2.2. Artigo 4: Não a escravidão
 - 6.7.2.3. Artigo 5: Não a tortura
 - 6.7.2.4. Artigo 13: Liberdade de movimento
 - 6.7.2.5. Artigo 18: Liberdade de pensamento, de consciência e de religião
 - 6.7.2.6. Artigo 19: Liberdade de opinião e de expressão
 - 6.7.2.7. Artigo 21: Direito à democracia
 - 6.7.3. Bibliografia
- 6.8. Direitos Humanos Ambientais
 - 6.8.1. Proteção ambiental como direito humano
 - 6.8.2. O meio ambiente tem direitos?
 - 6.8.3. Evolução dos direitos humanos em face de casos sem direitos

- 6.8.4. Direitos da Natureza Evolução
 - 6.8.4.1. Declaração de Intenções Relator especial
- 6.8.5. Direitos ambientais
 - 6.8.5.1. PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- 6.8.6. Bibliografia
- 6.9. ONG de Direitos Humanos
 - 6.9.1. Introdução
 - 6.9.2. Lista de ONGs que trabalham em prol dos direitos humanos
 - 6.9.2.1. 1 kilo de ajuda
 - 6.9.2.2. B. Soleil d'Afrique
 - 6.9.2.3. Aasara
 - 6.9.2.4. Ação Andina
 - 6.9.2.5. Ação Global Solidária
 - 6.9.2.6. Ação Verapaz
 - 6.9.2.7. ADANE Amics per al Desenvolupament a l'Àfrica Negra
 - 6.9.3. Bibliografia

Módulo 7. Comunicação social e transformadora

- 7.1. Fundamentos da Comunicação
 - 7.1.1. Introdução
 - 7.1.2. O que é comunicação?
 - 7.1.2.1. Conceito e definição
 - 7.1.3. Objetivos, públicos e mensagens
 - 7.1.4. Direito à informação e comunicação
 - 7.1.4.1. Liberdade de opinião e de expressão
 - 7.1.5. Acesso e participação
 - 7.1.6. Breve panorama dos meios segundo a tipologia
 - 7.1.6.1. Imprensa escrita
 - 7.1.6.2. Rádio
 - 7.1.6.3. Televisão
 - 7.1.6.4. Internet e redes sociais
 - 7.1.7. Conclusões
- 7.2. Comunicação e poder na era digital
 - 7.2.1. O que é o poder?
 - 7.2.1.1. O poder na era global
 - 7.2.2. Notícias falsas, monitoramento e vazamentos
 - 7.2.3. Meios de comunicação públicos
 - 7.2.4. Mídias comerciais
 - 7.2.4.1. Grandes conglomerados na Europa
 - 7.2.4.2. Grandes conglomerados na América Latina
 - 7.2.4.3. Outros conglomerados
 - 7.2.5. Meios alternativos
 - 7.2.5.1. Evolução da mídia alternativa na Espanha
 - 7.2.5.2. Tendências atuais
 - 7.2.5.3. O problema do Financiamento
 - 7.2.5.4. Jornalismo profissional / Jornalismo ativista
 - 7.2.6. Iniciativas para a democratização da comunicação
 - 7.2.6.1. Exemplos na Europa
 - 7.2.6.2. Exemplos na América Latina
 - 7.2.7. Conclusões
- 7.3. Comunicação e cooperação internacional
 - 7.3.1. A comunicação social
 - 7.3.1.1. Conceito
 - 7.3.1.2. Temáticas
 - 7.3.2. Atores: associações e centros de pesquisa
 - 7.3.2.1. Movimentos sociais
 - 7.3.3. Redes de colaboração e intercâmbio
 - 7.3.4. Cooperação, educação para a transformação social e comunicação
 - 7.3.4.1. Tipos de comunicação das ONGs para o Desenvolvimento
 - 7.3.5. Códigos de conduta
 - 7.3.5.1. Marketing social

- 7.3.6. A educomunicação
- 7.3.7. O trabalho com mídias alternativas
- 7.3.8. O trabalho com os meios de comunicação públicos e comerciais
- 7.3.9. Comunicação e cooperação em tempos de crise
 - 7.3.9.1. Impactos técnicos e laborais
 - 7.3.9.2. Impactos nos movimentos sociais
- 7.3.10. Tensões entre o jornalismo profissional e o jornalismo ativista
- 7.4. Comunicação e igualdade de gênero
 - 7.4.1. Introdução
 - 7.4.2. Conceitos chave
 - 7.4.3. Mulheres nos meios de comunicação
 - 7.4.3.1. Representação e visibilidade
 - 7.4.4. Produção de mídia e tomada de decisões
 - 7.4.5. A Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo J)
 - 7.4.6. Comunicação feminista e linguagem inclusiva
 - 7.4.6.1. Conceitos básicos
 - 7.4.7. Como identificar e evitar os estereótipos
 - 7.4.8. Guia, boas práticas
 - 7.4.9. Exemplos de iniciativas
 - 7.4.10. Conclusões
- 7.5. Comunidade e desenvolvimento sustentável
 - 7.5.1. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)
 - 7.5.1.1. Proposta e limites
 - 7.5.2. O Antropoceno
 - 7.5.2.1. Mudança climática e desenvolvimento humano
 - 7.5.3. Comunicação da NGDO sobre "desastres naturais"
 - 7.5.3.1. Cobertura regular nos meios de comunicação
 - 7.5.4. Possibilidades de Incidência das ONGDs
 - 7.5.5. Defensoras e defensores do meio ambiente na América Latina
 - 7.5.5.1. Os dados: ameaças e mortes
 - 7.5.6. Como comunicar o trabalho dos defensores a partir das ONGs
- 7.6. Comunicação e migração
 - 7.6.1. Introdução
 - 7.6.2. Principais conceitos e dados
 - 7.6.3. O discurso do ódio e sua base
 - 7.6.3.1. Desumanização e vitimização
 - 7.6.4. Necropolítica
 - 7.6.5. Cobertura regular nos meios de comunicação
 - 7.6.6. Redes sociais, WhatsApp e embustes
 - 7.6.7. Possibilidades de Incidência das ONGDs
 - 7.6.7.1. Como reconhecer preconceitos
 - 7.6.7.2. Superando o Eurocentrismo
 - 7.6.8. Boas práticas e diretrizes sobre comunicação e migração
 - 7.6.9. Conclusões
- 7.7. Comunicação e construção da paz
 - 7.7.1. Introdução
 - 7.7.2. Jornalismo de paz vs. Jornalismo de guerra
 - 7.7.2.1. Características
 - 7.7.3. Um breve panorama histórico de belicismo
 - 7.7.4. Comunicação sobre conflitos armados e processos de paz
 - 7.7.5. Jornalistas em conflitos armados
 - 7.7.6. Possibilidades para as ONGs para o Desenvolvimento
 - 7.7.6.1. Mudança de foco para a solução
 - 7.7.7. Pesquisa e diretrizes
- 7.8. Educomunicação para caminhar
 - 7.8.1. Introdução
 - 7.8.2. Pedagogia e educação popular
 - 7.8.3. Alfabetização midiática
 - 7.8.4. Projetos de educomunicação
 - 7.8.4.1. Características
 - 7.8.4.2. Agentes
 - 7.8.5. Comunicação em massa para a mudança social
 - 7.8.5.1. O componente de comunicação em outros projetos

- 7.8.6. A importância da comunicação interna nas ONGs para o Desenvolvimento
- 7.8.7. Comunicação aos parceiros e colaboradores
- 7.8.8. Conclusões
- 7.9. Cultura digital e ONGs de desenvolvimento
 - 7.9.1. Introdução
 - 7.9.2. Mudanças de paradigma e novos espaços
 - 7.9.2.1. Características e principais atores e redes
 - 7.9.3. A tirania do clique
 - 7.9.4. A imposição da brevidade
 - 7.9.5. Participação dos cidadãos na sociedade digital
 - 7.9.5.1. Mudanças de solidariedade e ativismo na cultura digital
 - 7.9.6. Promover a participação das ONGs para o Desenvolvimento nos espaços digitais
 - 7.9.7. A Indicadores comunicação 2.0 nas ONGs para o Desenvolvimento
 - 7.9.8. Conclusões
- 7.10. Na prática
 - 7.10.1. Introdução
 - 7.10.2. Elaboração de plano de comunicação organizacional
 - 7.10.2.1. Introdução plano de comunicação
 - 7.10.3. Planos de comunicação para projetos e ações
 - 7.10.4. Conteúdo básico e erros comuns em websites
 - 7.10.5. Planos de publicação em redes sociais
 - 7.10.6. Gestão de crises e questões não programadas de mídia social
 - 7.10.7. Sujeito, verbo e predicado
 - 7.10.7.1. Recordando noções
 - 7.10.8. Conclusões

Módulo 8. Igualdade e cooperação

- 8.1. Gênero e cooperação
 - 8.1.1. Introdução
 - 8.1.2. Conceitos fundamentais
 - 8.1.2.1. Questões de gênero a serem consideradas

- 8.1.3. Empoderamento
 - 8.1.3.1. Introdução
 - 8.1.3.2. Conceito de empoderamento
 - 8.1.3.3. O que é empoderamento?
 - 8.1.3.4. Uma breve história de empoderamento
- 8.1.4. O movimento feminista no mundo
 - 8.1.4.1. Conceito
 - 8.1.4.2. Uma breve história do feminismo no mundo
- 8.1.5. Bibliografia
- 8.2. Evolução histórica dos movimentos feministas Principais correntes
 - 8.2.1. Introdução
 - 8.2.1.1. Antecedentes históricos
 - 8.2.2. As precursoras do movimento feminista
 - 8.2.3. Sufragistas nos Estados Unidos e Europa
 - 8.2.4. Exemplos na América Latina
 - 8.2.5. Feminismo como um movimento social ou novo feminismo
 - 8.2.6. O feminismo contemporâneo
 - 8.2.6.1. Feministas do século XXI
 - 8.2.6.2. Evolução dos movimentos feministas de destaque
 - 8.2.7. Bibliografia
- 8.3. Patriarcados regionais e movimentos femininos
 - 8.3.1. Patriarcado
 - 8.3.1.1. Introdução
 - 8.3.1.2. Conceito de patriarcado
 - 8.3.1.3. Conceito de matriarcado
 - 8.3.1.4. Principais características do patriarcado no mundo
 - 8.3.2. Mulheres nos movimentos históricos influentes no mundo
 - 8.3.2.1. Evolução dos direitos das mulheres
 - 8.3.2.1.1. Primeira convenção para os direitos da mulher
 - 8.3.2.1.2. Dia Internacional da Mulher: um dia para a mulher
 - 8.3.2.1.3. A medicina contra a mutilação genital feminina

- 8.3.2.1.4. A revolta das mulheres em Aba
 - 8.3.2.1.5. O mundo do trabalho em transformação
 - 8.3.2.1.6. No trabalho e em greve, com força
 - 8.3.2.1.7. Nasce a Organização das Nações Unidas
 - 8.3.2.1.8. Às mulheres do mundo
 - 8.3.2.1.9. As borboletas inesquecíveis
 - 8.3.2.1.10. Ativistas, unam-se
 - 8.3.2.1.11. CEDAW
 - 8.3.2.1.12. Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres
 - 8.3.2.1.13. Programa de ação da CIPD
 - 8.3.2.1.14. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim
 - 8.3.2.1.15. Resolução 1325 do Conselho de Segurança
 - 8.3.2.1.16. Declaração do Milênio das Nações Unidas
 - 8.3.2.1.17. Ação coletiva pela paz
 - 8.3.2.1.18. A Gangue Gulabi: justiça para as mulheres
 - 8.3.2.1.19. Desafiando o status quo
- 8.3.3. Bibliografia
- 8.4. Divisão do trabalho: arranjos tradicionais e dinâmicas contemporâneas
 - 8.4.1. Introdução
 - 8.4.2. Divisão sexual do trabalho
 - 8.4.2.1. Restrições intrínsecas e extrínsecas à participação das mulheres no trabalho
 - 8.4.2.2. Segregação vertical e horizontal das mulheres em empregos remunerados
 - 8.4.2.3. Masculinidades e trabalho remunerado
 - 8.4.3. Divisão do trabalho entre homens e mulheres
 - 8.4.4. Feminização da pobreza
 - 8.4.5. Dados sobre a participação no mercado de trabalho, as diferenças de gênero e as diferentes formas de inserção no mercado de trabalho
 - 8.4.5.1. Indicadores
 - 8.4.5.2. Empregada por ramo de atividade
 - 8.4.5.3. Empregada por tipo de profissão
 - 8.4.5.4. Empregada por status profissional
 - 8.4.5.5. Empregada por tipo de cargo
 - 8.4.6. Bibliografia
- 8.5. Políticas de cuidados e economia
 - 8.5.1. Cuidados para a vida
 - 8.5.2. Efeitos na vida das mulheres
 - 8.5.2.1. Valor associado ao trabalho não remunerado na esfera doméstica e outros trabalhos de cuidado
 - 8.5.2.2. Conceito de conciliação
 - 8.5.2.3. Medidas adotadas para alcançar a reconciliação
 - 8.5.3. Cuidados e atividades domésticas Crianças que frequentam centros de educação e cuidado Famílias com dependentes
 - 8.5.3.1. Frequência semanal de cuidados e atividades domésticas Espanha y UE-28
 - 8.5.3.2. Horas semanais dedicadas a cuidados e atividades domésticas
 - 8.5.3.3. Pessoas com 16 anos ou mais cuidando de dependentes (por idade e sexo)
 - 8.5.4. Novas masculinidades
 - 8.5.5. Bibliografia
- 8.6. Gênero e migração
 - 8.6.1. Causas e situação global da migração
 - 8.6.2. Desenvolvimentos históricos na migração
 - 8.6.3. Fenômeno de feminização da migração
 - 8.6.4. Características dos fluxos migratórios a partir de uma perspectiva de gênero
 - 8.6.5. Efeitos dos processos de migração nas mulheres
 - 8.6.6. Conclusões
 - 8.6.7. Estratégia de migração com a perspectiva de gênero
 - 8.6.8. Bibliografia
- 8.7. O Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento a partir de uma perspectiva de gênero
 - 8.7.1. Introdução
 - 8.7.2. O sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 8.7.2.1. Objetivos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Português
 - 8.7.2.2. Políticas e instrumentos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento a partir de uma perspectiva de gênero
 - 8.7.2.3. Linhas estratégicas de trabalho sobre a abordagem de gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 8.7.3. Gênero e *advocacy*
 - 8.7.4. Gênero e desenvolvimento

- 8.7.5. Planejamento que responda às questões de gênero
 - 8.7.5.1. Diretrizes para processos de planejamento
- 8.7.6. Estruturas de Parceria por País (CPFs) e ferramentas de cooperação espanholas disponíveis
- 8.7.7. Diretrizes para a transversalização
 - 8.7.7.1. Lista de verificação
 - 8.7.7.2. Lista de verificação da Fase 1. Etapa 0
- 8.7.8. Bibliografia
- 8.8. Políticas públicas com uma perspectiva de gênero
 - 8.8.1. Introdução
 - 8.8.2. Economia e desenvolvimento
 - 8.8.2.1. Bases econômicas do desenvolvimento
 - 8.8.2.2. Definição de economia de desenvolvimento
 - 8.8.2.3. Evolução economia de desenvolvimento
 - 8.8.3. Economia de gênero
 - 8.8.4. Políticas públicas com uma perspectiva de gênero
 - 8.8.5. Metodologia de orçamentação de gênero
 - 8.8.6. Índice de Desenvolvimento Humano na perspectiva de gênero
 - 8.8.6.1. Conceito
 - 8.8.6.2. Parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano
 - 8.8.7. Bibliografia
- 8.9. A perspectiva de gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 8.9.1. Gênero na cooperação internacional Evolução histórica
 - 8.9.2. Conceitos básicos
 - 8.9.2.1. Igualdade de gênero
 - 8.9.2.2. Igualdade de gênero
 - 8.9.2.3. Identidade de gênero
 - 8.9.2.4. Masculinidades
 - 8.9.2.5. Patriarcado
 - 8.9.2.6. Divisão sexual de trabalho
 - 8.9.2.7. Papéis de gênero
 - 8.9.2.8. Abordagem setorial
 - 8.9.2.9. Abordagem transversal
 - 8.9.2.10. Necessidades práticas
 - 8.9.2.11. Interesses estratégicos de gênero

- 8.9.3. Por que é importante integrar o gênero nos processos de desenvolvimento?
- 8.9.4. Decálogo para Integração da Perspectiva de Gênero
- 8.9.5. Indicadores de gênero
 - 8.9.5.1. Conceito
 - 8.9.5.2. Áreas que podem ser alvo de indicadores
 - 8.9.5.3. Características dos indicadores de gênero
 - 8.9.5.4. Finalidade dos indicadores de gênero
- 8.9.6. Bibliografia

Módulo 9. Direitos ambientais

- 9.1. Direitos ambientais
 - 9.1.1. Introdução
 - 9.1.2. O que é?
 - 9.1.3. O que é o direito ambiental?
 - 9.1.4. Características do direito ambiental
 - 9.1.5. Natureza jurídica
 - 9.1.6. Antecedentes
 - 9.1.7. História
 - 9.1.8. Objetivo do direito ambiental
 - 9.1.8.1. Fontes
 - 9.1.9. Princípios
 - 9.1.10. Objetivos
- 9.2. Direitos ambientais
 - 9.2.1. O que entendemos por meio ambiente?
 - 9.2.2. Quais são nossos direitos ambientais?
 - 9.2.2.1. Quais são?
 - 9.2.3. Direito de desfrutar de um ambiente saudável
 - 9.2.4. Direito de acesso à informação
 - 9.2.5. Direito à participação na gestão ambiental
 - 9.2.6. Direito de acesso à justiça ambiental
 - 9.2.7. Princípios gerais do direito ambiental
 - 9.2.8. Conferências e acordos internacionais
 - 9.2.8.1. Estocolmo 1972
 - 9.2.8.2. Rio de Janeiro 1992
 - 9.2.9. Regras de proteção dos direitos ambientais
 - 9.2.10. Conclusões



- 9.3. Objetivo do direito ambiental
 - 9.3.1. Introdução
 - 9.3.2. O que são os direitos ambientais?
 - 9.3.2.1. Definição e conceito
 - 9.3.3. Quais são os direitos ambientais?
 - 9.3.4. Dever de conservar o meio ambiente
 - 9.3.5. Obrigação de cumprir as normas ambientais
 - 9.3.6. Dever de vigilância cidadã
 - 9.3.7. Dever de informar
 - 9.3.8. Obrigação por danos ambientais
 - 9.3.9. Conclusões
- 9.4. Participação cidadã na proteção ambiental
 - 9.4.1. Introdução
 - 9.4.2. Monitoramento ambiental participativo
 - 9.4.3. Introdução
 - 9.4.4. Conceito de monitoramento
 - 9.4.5. O que é Monitoramento Ambiental Participativo?
 - 9.4.6. Para que serve?
 - 9.4.7. Quem pode participar?
 - 9.4.8. Plano de Monitoramento ambiental participativo
 - 9.4.9. Área de influência de um projeto ou atividade
 - 9.4.10. Etapas do Monitoramento ambiental participativo
 - 9.4.11. Fases
- 9.5. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente PNUMA
 - 9.5.1. Introdução
 - 9.5.2. Definição e conceito
 - 9.5.3. Objetivos do PNUMA
 - 9.5.3.1. Objetivo geral
 - 9.5.4. História e evolução
 - 9.5.4.1. Onde e quando nasceu o PNUMA?
 - 9.5.5. Missão do PNUMA
 - 9.5.6. Atividades
 - 9.5.7. Localização do PNUMA
 - 9.5.7.1. Âmbitos nacional e internacional

- 9.5.8. Quarto Programa de Montevidéu para o Desenvolvimento e Revisão Periódica do Direito Ambiental
 - 9.5.8.1. Conceito, objetivos e finalidade
- 9.5.9. Conclusões
- 9.6. Mudança ambiental global e mudança climática
 - 9.6.1. Introdução
 - 9.6.2. Ambiente global
 - 9.6.2.1. Conceito
 - 9.6.3. Mudança climática
 - 9.6.3.1. Conceito
 - 9.6.4. Evolução da teoria da mudança climática
 - 9.6.5. Mudança ambiental global
 - 9.6.5.1. Passado e presente
 - 9.6.6. Características da mudança ambiental global
 - 9.6.6.1. Mudanças ao nível do mar
 - 9.6.7. Consequências da mudança ambiental global
 - 9.6.8. Perigos, riscos e vulnerabilidade futura
 - 9.6.9. Mudança climática e impacto na agricultura
 - 9.6.10. Estratégias e dilemas de sobrevivência
 - 9.6.10.1. Migração
- 9.7. Direitos ambientais no mundo
 - 9.7.1. Introdução
 - 9.7.2. Países que lutam pelos direitos ambientais
 - 9.7.3. Equador
 - 9.7.4. Espanha
 - 9.7.5. México
 - 9.7.6. Peru
 - 9.7.7. Desenvolvimento sustentável
 - 9.7.7.1. Conceito
 - 9.7.8. História e evolução
 - 9.7.9. Óticas de Desenvolvimento Sustentável (DS)
 - 9.7.10. Lei Geral sobre Desenvolvimento Florestal Sustentável
 - 9.7.10.1. Descrição
 - 9.7.10.2. Objetivo

Módulo 10. NGODS e solidariedade local, regional e internacional

- 10.1. ONGs
 - 10.1.1. Introdução
 - 10.1.2. Significado da sigla ONG?
 - 10.1.3. O que é uma ONG?
 - 10.1.3.1. Definição e conceito
 - 10.1.4. Condições das ONGs
 - 10.1.5. História e evolução das ONGs
 - 10.1.5.1. Quando e como nascem?
 - 10.1.6. Funções das ONGs
 - 10.1.7. Financiamento das ONGs
 - 10.1.7.1. Fundos públicos
 - 10.1.7.2. Fundos privados
 - 10.1.8. Tipos de ONG
 - 10.1.9. Funcionamento das ONGs
 - 10.1.10. O Trabalho das ONG
- 10.2. Tipos de ONG
 - 10.2.1. Introdução
 - 10.2.2. Classificação ONGs mundiais
 - 10.2.2.1. Tipos de classificação
 - 10.2.3. Tipo de ONGs segundo sua orientação
 - 10.2.3.1. Quantos tipos segundo sua orientação existem?
 - 10.2.4. ONG de caridade
 - 10.2.5. ONG de serviços
 - 10.2.6. ONG participativas
 - 10.2.7. ONG de defesa
 - 10.2.8. Tipos de ONGs de acordo com sua área de atividade
 - 10.2.8.1. Áreas
 - 10.2.9. ONG de base comunitária
 - 10.2.10. ONG cidadã
 - 10.2.11. ONG Nacionais
 - 10.2.12. ONGs Internacionais

- 10.3. As ONGs: desenvolvimento e solidariedade
 - 10.3.1. Introdução
 - 10.3.2. Mudanças na Cooperação Internacional Popular para o Desenvolvimento e seu relacionamento com as ONGs
 - 10.3.2.1. Principais linhas
 - 10.3.3. O "Terceiro Mundo" e as ONGs
 - 10.3.4. A era humanitária Da intervenção à aldeia global
 - 10.3.4.1. Médicos Sem Fronteiras, Médicos do Mundo etc
 - 10.3.5. Movimentos contra o Terceiro Mundo
 - 10.3.6. ONGs e ciência
 - 10.3.6.1. Pesquisa científica
 - 10.3.7. A força de trabalho das ONGs
 - 10.3.8. Vieses ideológicos das ONGs
 - 10.3.9. Conclusões
- 10.4. Legislação das ONGs
 - 10.4.1. Que tipo de legislação se aplica às ONGs?
 - 10.4.1.1. Introdução
 - 10.4.2. Leis específicas
 - 10.4.3. Leis genéricas
 - 10.4.4. Regulamentos estatal
 - 10.4.4.1. Tipos de leis e decretos
 - 10.4.5. Normas autonômicas
 - 10.4.5.1. Introdução
 - 10.4.6. Normas autonômicas de Andaluzia
 - 10.4.7. Normas autonômicas de Canarias
 - 10.4.8. Normas autônomas de Catalunha
 - 10.4.9. Normas autonômas do País Basco
 - 10.4.10. Obrigações das Associações
- 10.5. Tipos de Associações existentes
 - 10.5.1. Introdução
 - 10.5.2. Diferenças entre Associações, Sindicatos, Federações ou Coordenadores e Conferências
 - 10.5.3. Associações juvenis
 - 10.5.3.1. Definição e conceito
 - 10.5.4. Legislação sobre associações juvenis
 - 10.5.5. Principais características das associações de jovens
 - 10.5.6. Coordenadoras
 - 10.5.6.1. Definição e conceito
 - 10.5.6.2. Objetivos
 - 10.5.7. Características das coordenadoras
 - 10.5.8. Federações
 - 10.5.8.1. Definição e conceito
 - 10.5.9. Características e objetivos das federações
 - 10.5.10. Tipos de federações
- 10.6. AECID e outras agências de cooperação regional
 - 10.6.1. Introdução
 - 10.6.2. AECID
 - 10.6.2.1. Significado da sigla
 - 10.6.3. Definição e conceito
 - 10.6.4. Objetivos
 - 10.6.5. Missão
 - 10.6.5.1. Visão da agência
 - 10.6.6. Estrutura
 - 10.6.7. Escritórios Técnicos da AECID
 - 10.6.8. Modalidades e instrumentos de cooperação
 - 10.6.9. Fundo para promoção do desenvolvimento
 - 10.6.10. Conclusões

- 10.7. Setores de cooperação da AECID
 - 10.7.1. Introdução
 - 10.7.2. Água e saneamento
 - 10.7.2.1. Como trabalham?
 - 10.7.3. Crescimento econômico
 - 10.7.3.1. Como trabalham?
 - 10.7.4. Cultura e ciência
 - 10.7.4.1. Como trabalham?
 - 10.7.5. Gênero
 - 10.7.5.1. Como trabalham?
 - 10.7.6. Educação
 - 10.7.6.1. Como trabalham?
 - 10.7.7. Desenvolvimento rural, segurança alimentar e nutrição
 - 10.7.7.1. Como trabalham?
 - 10.7.8. Governança democrática
 - 10.7.8.1. Como trabalham?
 - 10.7.9. Meio ambiente e mudança climática
 - 10.7.9.1. Como trabalham?
 - 10.7.10. Saúde
 - 10.7.10.1. Como trabalham?
- 10.8. Países onde a AECID coopera
 - 10.8.1. Introdução
 - 10.8.2. Prioridades geográficas
 - 10.8.2.1. O que são?
 - 10.8.3. Países e territórios parceiros
 - 10.8.3.1. Presente e futuro
 - 10.8.4. América Latina
 - 10.8.4.1. 12 projetos
 - 10.8.5. Caribe
 - 10.8.6. Norte da África e Oriente Próximo
 - 10.8.6.1. Quatro projetos



- 10.8.7. África Subsaariana Ocidental
 - 10.8.7.1. Três projetos
- 10.8.8. África Central, Oriental e Austral
 - 10.8.8.1. Três projetos
- 10.8.9. Ásia
 - 10.8.9.1. Um projeto
- 10.9. Estratégia e gestão de uma ONG
 - 10.9.1. Introdução
 - 10.9.2. Gestionar uma ONG
 - 10.9.3. Planejamento estratégico da ONG
 - 10.9.3.1. O que é?
 - 10.9.3.2. Como se faz?
 - 10.9.4. Gestionar a qualidade da ONG
 - 10.9.4.1. Qualidade e compromisso
 - 10.9.5. Partes interessadas
 - 10.9.5.1. Relação das partes interessadas
 - 10.9.6. Responsabilidade social da ONG
 - 10.9.7. Risco ético de terceiros
 - 10.9.8. Relação entre as ONGs e o setor privado
 - 10.9.9. Transparência e prestação de contas
 - 10.9.10. Conclusões
- 10.10. ONGs nacionais e internacionais
 - 10.10.1. ONG Nacionais
 - 10.10.1.1. Projetos principais
 - 10.10.2. ONG Internacionais
 - 10.10.2.1. Projetos principais
 - 10.10.3. ACNUR
 - 10.10.3.1. História
 - 10.10.3.2. Objetivos
 - 10.10.3.3. Principais áreas de trabalho

- 10.10.4. Mercy Corps
 - 10.10.4.1. Quem é a audiência?
 - 10.10.4.2. Objetivos
 - 10.10.4.3. Área de trabalho
- 10.10.5. Plano internacional
 - 10.10.5.1. Quem é a audiência?
 - 10.10.5.2. Objetivos
 - 10.10.5.3. Principais áreas de trabalho
- 10.10.6. Médicos Sem Fronteiras
 - 10.10.6.1. Quem é a audiência?
 - 10.10.6.2. Objetivos
 - 10.10.6.3. Área de trabalho
- 10.10.7. Ceras
 - 10.10.7.1. Quem é a audiência?
 - 10.10.7.2. Objetivos
 - 10.10.7.3. Principais áreas de trabalho
- 10.10.8. Oxfam Intermó
- 10.10.9. UNICEF
- 10.10.10. Save the children



Aproveite a oportunidade para se atualizar sobre os últimos avanços na área e aplicá-los à sua prática diária”

06

Metodologia

Este curso oferece uma maneira diferente de aprender. Nossa metodologia é desenvolvida através de um modo de aprendizagem cíclico: o **Relearning**. Este sistema de ensino é utilizado, por exemplo, nas faculdades de medicina mais prestigiadas do mundo e foi considerado um dos mais eficazes pelas principais publicações científicas, como o **New England Journal of Medicine**.



“

Descubra o Relearning, um sistema que abandona a aprendizagem linear convencional para realizá-la através de sistemas de ensino cíclicos: uma forma de aprendizagem que se mostrou extremamente eficaz, especialmente em disciplinas que requerem memorização”

Na TECH usamos o Método do Caso

Em uma determinada situação clínica, o que um profissional deveria fazer? Ao longo do programa, os alunos irão se deparar com diversos casos simulados baseados em situações reais, onde deverão investigar, estabelecer hipóteses e finalmente resolver as situações. Há diversas evidências científicas sobre a eficácia deste método. Os especialistas aprendem melhor, mais rápido e de forma mais sustentável ao longo do tempo.

Com a TECH o psicólogo experimenta uma maneira de aprender que está revolucionando as bases das universidades tradicionais em todo o mundo.



Segundo o Dr. Gérvas, o caso clínico é a apresentação comentada de um paciente, ou grupo de pacientes, que se torna um "caso", um exemplo ou modelo que ilustra algum componente clínico peculiar, seja pelo seu poder de ensino ou pela sua singularidade ou raridade. É essencial que o caso seja fundamentado na vida profissional atual, tentando recriar as condições reais da prática profissional do psicólogo.

“

Você sabia que este método foi desenvolvido em 1912, em Harvard, para os alunos de Direito? O método do caso consistia em apresentar situações reais e complexas para que os alunos tomassem decisões e justificassem como resolvê-las. Em 1924 foi estabelecido como o método de ensino padrão em Harvard”

A eficácia do método é justificada por quatro conquistas fundamentais:

1. Os psicólogos que seguem este método não só assimilam os conceitos, mas também desenvolvem a capacidade mental, através de exercícios que avaliam situações reais e a aplicação do conhecimento.
2. A aprendizagem se consolida nas habilidades práticas permitindo ao psicólogo integrar melhor o conhecimento à prática clínica.
3. A assimilação de ideias e conceitos se torna mais fácil e mais eficiente, graças ao uso de situações decorrentes da realidade.
4. A sensação de eficiência do esforço investido se torna um estímulo muito importante para os alunos, o que se traduz em um maior interesse pela aprendizagem e um aumento no tempo dedicado ao curso.

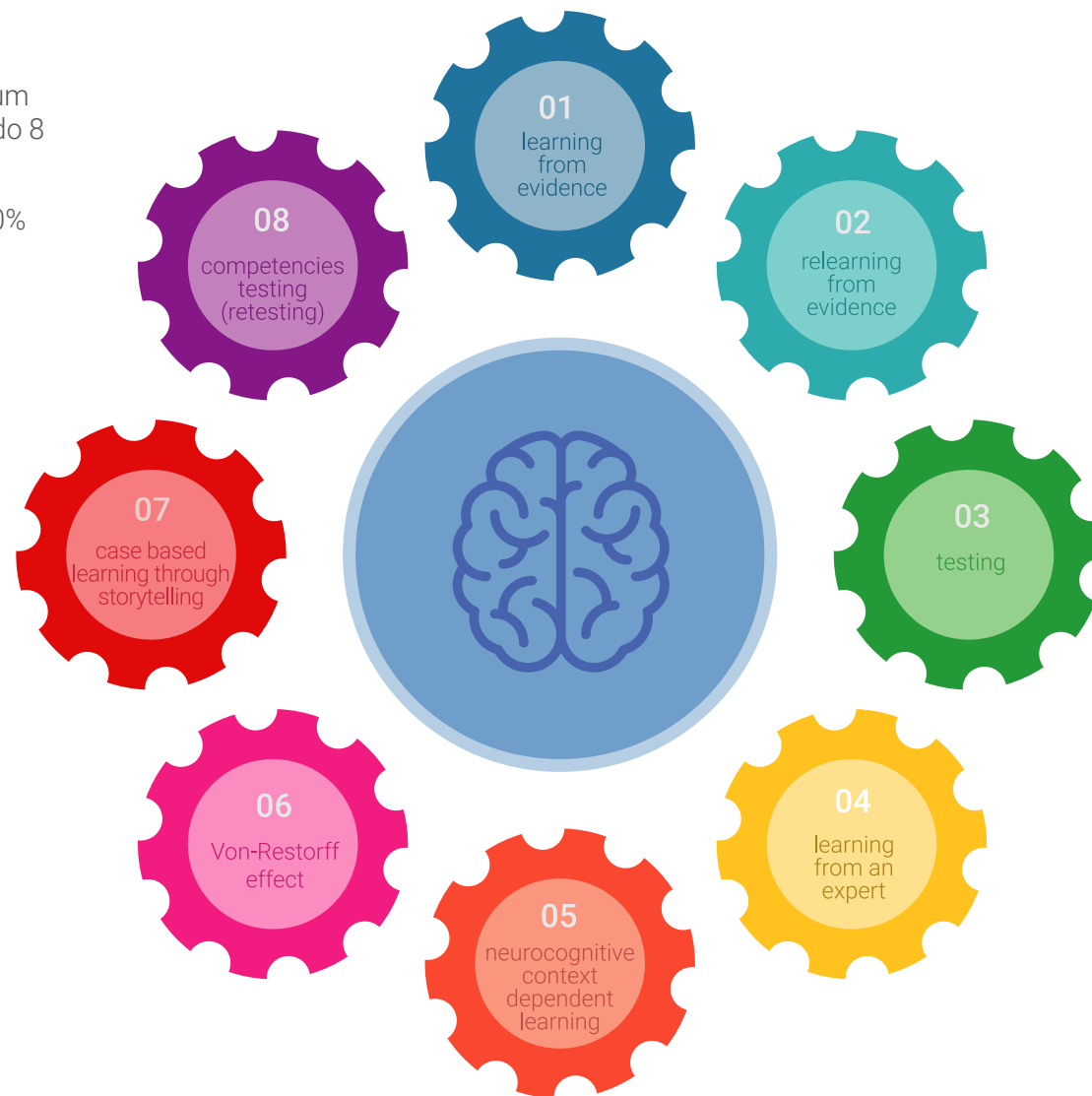


Metodologia Relearning

A TECH utiliza de maneira eficaz a metodologia do estudo de caso com um sistema de aprendizagem 100% online, baseado na repetição, combinando 8 elementos didáticos diferentes em cada aula.

Potencializamos o estudo de caso com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.

O psicólogo aprenderá através de casos reais e da resolução de situações complexas em ambientes simulados de aprendizagem. Estes simulados são realizados através de software de última geração para facilitar a aprendizagem imersiva.





Na vanguarda da pedagogia mundial, o método Relearning conseguiu melhorar os níveis de satisfação geral dos profissionais que concluíram seus estudos, com relação aos indicadores de qualidade da melhor universidade online do mundo (Universidade de Columbia).

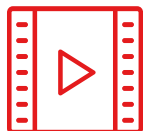
Através desta metodologia, mais de 150 mil psicólogos foram capacitados com sucesso sem precedentes em todas as especialidades. Nossa metodologia de ensino é desenvolvida em um ambiente altamente exigente, com um corpo discente com um perfil socioeconômico médio-alto e uma média de idade de 43,5 anos.

O Relearning permitirá uma aprendizagem com menos esforço e mais desempenho, fazendo com que você se envolva mais em sua especialização, desenvolvendo o espírito crítico e sua capacidade de defender argumentos e contrastar opiniões: uma equação de sucesso.

No nosso programa, a aprendizagem não é um processo linear, ela acontece em espiral (aprender, desaprender, esquecer e reaprender). Portanto, combinamos cada um desses elementos de forma concêntrica.

A nota geral do sistema de aprendizagem da TECH é de 8,01, de acordo com os mais altos padrões internacionais.

Neste programa, oferecemos o melhor material educacional, preparado especialmente para os profissionais:



Material de estudo

Todo o conteúdo foi criado especialmente para o curso pelos especialistas que irão ministrá-lo, o que faz com que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Posteriormente, esse conteúdo é adaptado ao formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isso, com as técnicas mais inovadoras que proporcionam alta qualidade em todo o material que é colocado à disposição do aluno.



As últimas técnicas e procedimentos em vídeo

TECH aproxima o aluno das técnicas mais inovadoras, dos últimos avanços educacionais e da vanguarda da Psicologia. Tudo isso, explicado detalhadamente para sua total assimilação e compreensão. E o melhor de tudo, você poderá assistí-los quantas vezes quiser.



Resumos interativos

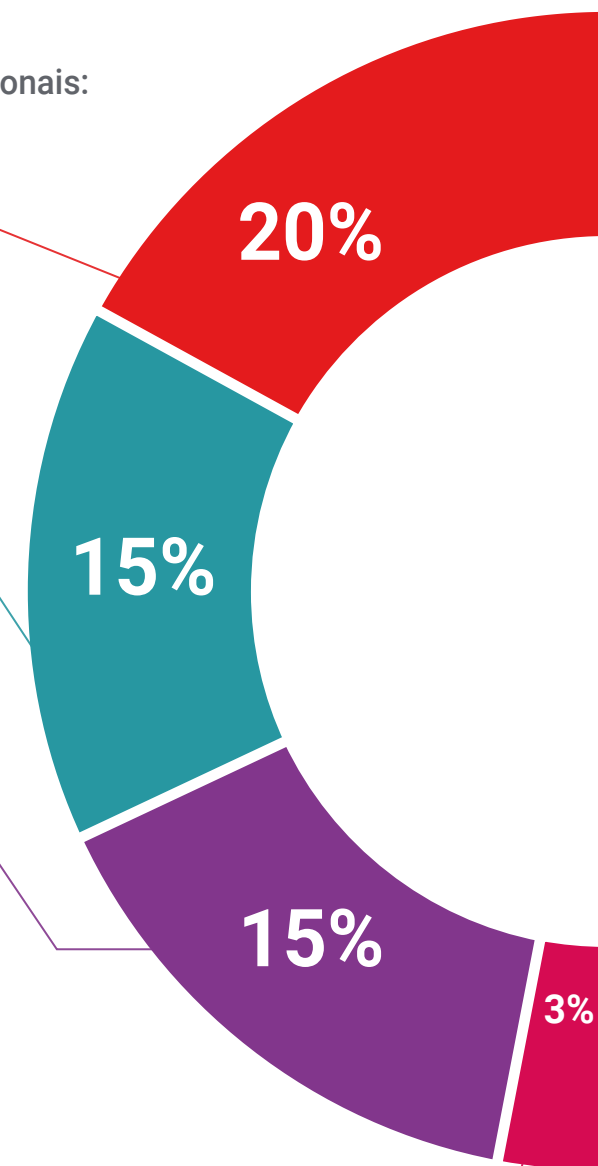
A equipe da TECH apresenta o conteúdo de forma atraente e dinâmica através de pílulas multimídia que incluem áudios, vídeos, imagens, gráficos e mapas conceituais para consolidar o conhecimento.

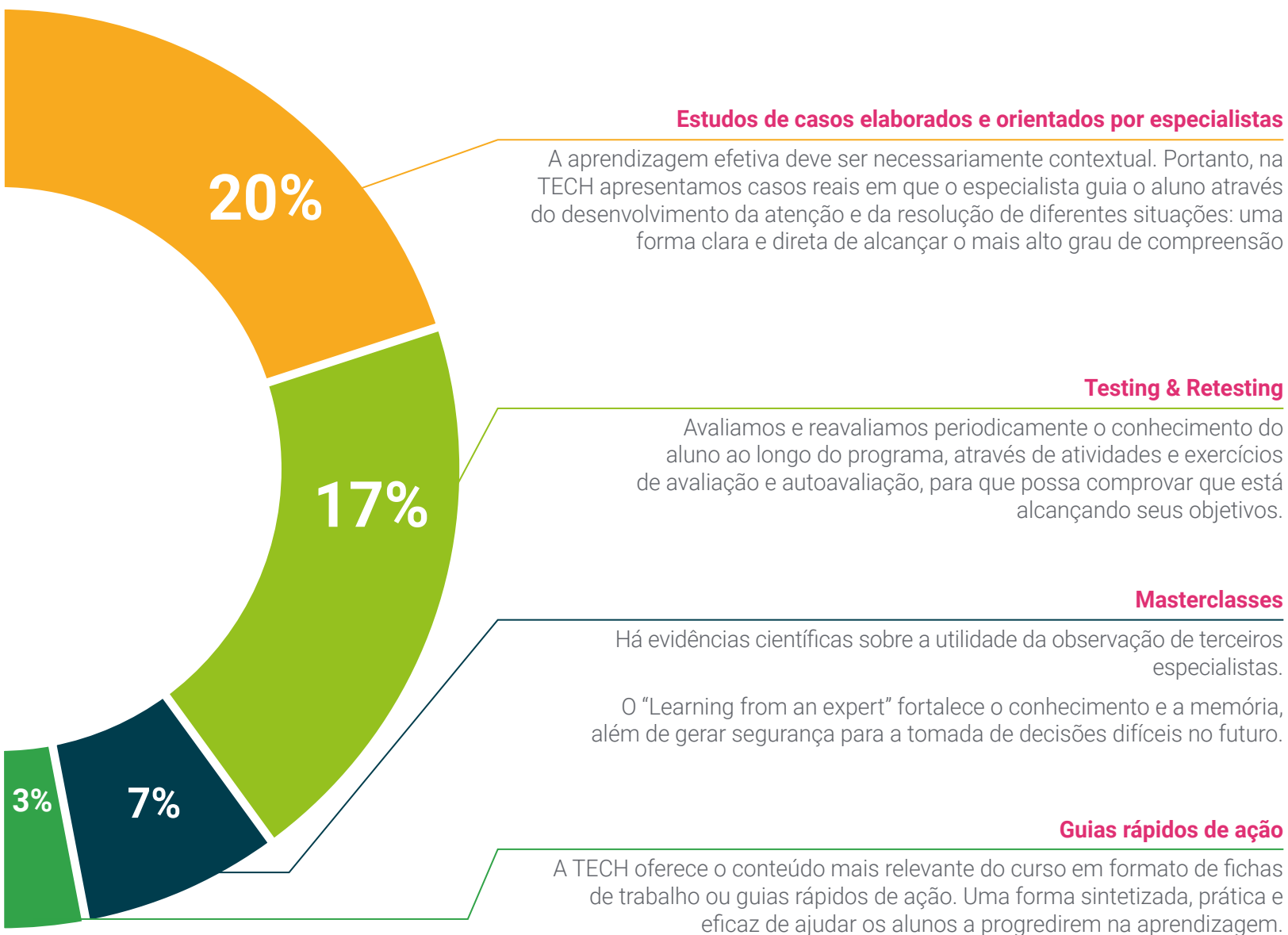
Este sistema exclusivo de capacitação por meio da apresentação de conteúdo multimídia, foi premiado pela Microsoft como "Caso de sucesso na Europa"



Leituras complementares

Artigos recentes, documentos de consenso e diretrizes internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH o aluno terá acesso a tudo o que for necessário para complementar a sua capacitação.





07

Certificado

O Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento garante, além da capacitação mais rigorosa e atualizada, o acesso a um título de Mestrado Próprio emitido pela TECH Universidade Tecnológica.



“

*Conclua este programa de estudos
com sucesso e receba o seu certificado
sem sair de casa e sem burocracias”*

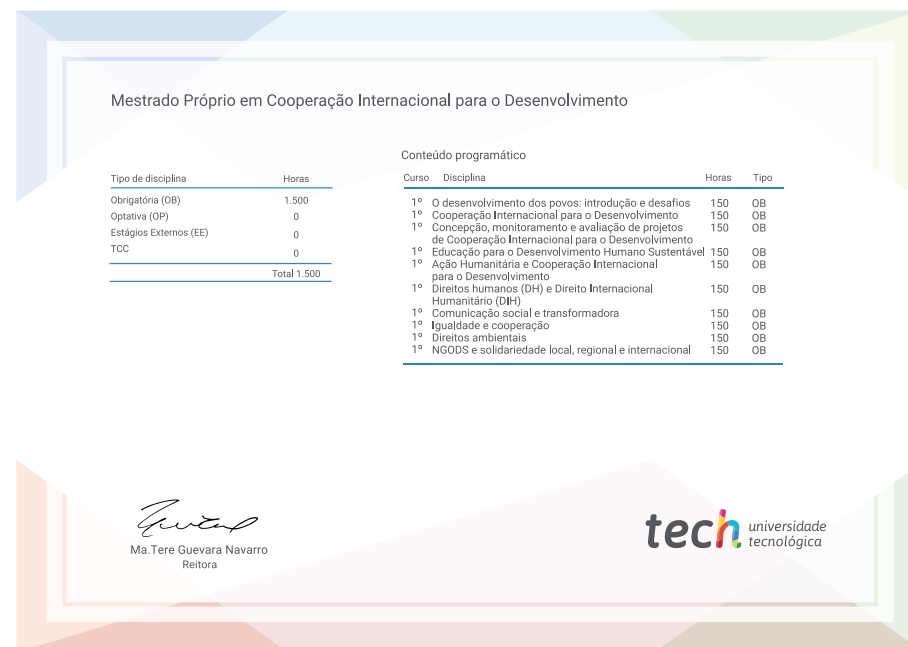
Este **Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento** conta com o conteúdo mais completo e atualizado do mercado.

Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio o certificado* correspondente ao título de **Mestrado Próprio** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

O certificado emitido pela **TECH Universidade Tecnológica** expressará a qualificação obtida no Mestrado Próprio, atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de empregos, concursos públicos e avaliação de carreira profissional.

Título: **Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**

Nº de Horas Oficiais: **1.500h**



futuro
saúde confiança pessoas
informação orientadores
educação certificação ensino
garantia aprendizagem
instituições tecnologia
comunidade compromisso
atenção personalizada
conhecimento inovação
presente qualidade
desenvolvimento sustentabilidade



Mestrado Próprio

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificado: TECH Universidade Tecnológica
- » Dedicção: 16h/semana
- » Horário: no seu próprio ritmo
- » Provas: online

Mestrado Próprio

Cooperação Internacional
para o Desenvolvimento

